

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR
CAMPUS CACOAL
DEPARTAMENTO DO CURSO DE DIREITO

**A ARBITRAGEM APLICADA ÀS RELAÇÕES LABORAIS:
UMA VISÃO CONSTITUCIONAL-TRABALHISTA.**

Natanael Rosa dos Santos

NATANAEL ROSA DOS SANTOS

**A ARBITRAGEM APLICADA ÀS RELAÇÕES LABORAIS:
UMA VISÃO CONSTITUCIONAL-TRABALHISTA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal
de Rondônia – UNIR – *Campus* de
Cacoal como requisito parcial para a
obtenção do título de Bacharel em
Direito, sob a orientação da
professora Ms. Maria Priscila Soares
Berro.

NATANAEL ROSA DOS SANTOS

**A ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES LABORAIS INDIVIDUAIS
UMA VISÃO CONSTITUCIONAL-TRABALHISTA**

Nota

Nota

Nota

Média

Cacoal-RO

2007

Dedico ao meu Pai, *in memoriam*, cuja força e o incentivo para que me esforçasse em concluir meus estudos foi fator decisivo para que pudesse chegar aqui. Deus decidiu levar-te antes de ver-me formado, porém, as lições que me ensinaste com a sua própria vida, e seus conselhos, que jamais os esquecerei, pelo contrário, os repassarei aos meus filhos para que se cumpra também na vida deles a palavra de que: “Os filhos são como flechas nas mãos do valente”. Com seus ensinamentos chegue aonde não chegaste, e meus filhos alçarão vôos ainda maiores.

Agradeço primeiramente a Deus. De quem eu sou e a quem eu sirvo. Sou plenamente cômico de que se não fora Sua mão poderosa sobre minha vida, a carreira ora terminando, sequer haveria começado.

Agradeço a minha esposa Mônica Iolanda que nos meus momentos de indecisão e desânimo teve as palavras certas para encorajar-me a prosseguir até o fim. Sem você eu teria ficado no meio do caminho.

Ao meu filho Rafael Souza Santos por ser minha fonte de recarga de energia e de distração nos momentos extenuantes de pesquisa e concentração para provas e confecção deste trabalho de conclusão do curso.

À minha mãe que sempre esteve presente nos momentos mais difíceis da minha vida, saiba que tudo começou com você me amando e forjando meu caráter. Aos meus irmãos, todos vocês são parte integrante desta conquista, esta é a nossa história.

Ao professor Ms. Francisco José Garcia que me ajudou na escolha do tema e elaboração do projeto. Sou grato a Deus por ter me mandado até nós para compartilhar conosco a sapiência adquirida com muito esforço e horas de estudo. Sem você o nosso conhecimento não seria o mesmo.

À professora e orientadora Ms. Maria Priscila Soares Berro, a quem tanto admiro, por ter me auxiliado na produção do presente trabalho de pesquisa. Obrigada por compartilhar seu infinito conhecimento.

Aos meus colegas acadêmicos, que juntos ao longo desses anos, estiveram comigo perseguindo o mesmo ideal. Em especial aos meus amigos Eliabes Neves, Clelton Felipe, Flavio Junior, Mayara Metran, Simone Pedraza e a todos que juntos compartilhamos longas tardes.

Ao Professor Silvério dos Santos Oliveira, assíduo professor e incansável coordenador que, para ver-nos concluir as disciplinas colocou a própria vida em risco. Em seu nome agradeço a todos os professores/mestres que passaram por nossas vidas nesta instituição.

A todos o meu eterno agradecimento!

A mim pertence a vingança e a retribuição. No devido tempo os pés deles escorregarão; o dia da sua desgraça está chegando e o seu próprio destino se apressa sobre eles. O Senhor julgará o seu povo e terá compaixão dos seus servos, [...]

Deuteronômio: 32.35,36a

RESUMO

A monografia que se desenvolverá pretende demonstrar as formas de convenção arbitral, principalmente no que se refere à aplicação da arbitragem nas relações laborais. Verifica-se através da história que a arbitragem, bem como a sua forma de instituição sempre esteve regulamentada. A Lei n. 9.307/1996 tratou, com muita propriedade, das questões referente aos direitos patrimoniais disponíveis, porém, para hodiernamente a questão da abrangência destes direitos. A arbitragem inicia-se por uma convenção arbitral, em que as partes interessadas poderão valer-se desse instituto para dirimir os conflitos relativos a seus direitos. Designada de “fase contratual” é nessa fase que as partes contratarão a arbitragem, que abrange desde o pacto de obrigar-se a utilização da via para solução de conflitos, até a estipulação das normas que irão reger o juízo arbitral, a definição do conflito e a nomeação dos árbitros. A lei de arbitragem eleva essa forma de solução de conflitos à condição de um instituto jurídico. A cláusula compromissória pode ser inserida nos contratos conforme a vontade das partes, onde convencionam e se comprometem a submeter à jurisdição privada os litígios porventura surgidos e decorrentes do próprio contrato em questão. As divergências doutrinárias sobre a obrigatoriedade ou não do juízo arbitral pela assinatura da cláusula compromissória ficaram agora definitivamente resolvidas pela clareza e inteligência do novo texto constitucional e da Lei de arbitragem, que torna obrigatória a arbitragem quando esta é firmada pelas partes. Assim, neste sentido, procuramos neste trabalho demonstrar a total possibilidade, face ao direito brasileiro, da utilização da arbitragem como meio de solução dos litígios laborais, tanto no âmbito coletivo, como já o é, como no individual.

Palavras-chave: Convenção. Arbitragem. Litígios Laborais.

RESUMEN

La monografía que será desarrollada se prepone demostrar las formas de convención del arbitral, principalmente en cuanto al uso del arbitraje en las relaciones de trabajo. Se verifica con la historia que el arbitraje, también como su forma de institución fuera regulado siempre. La ley N. 9.307/1996 trató, con mucha característica, de las preguntas que refieren a las derechos patrimonial disponibles, de poner, la cuestión del abrangência de las estas derechos cuelga el hodiernamente. El arbitraje se inicia para una convención del arbitral, donde la gente interesada podría ser utilizada este instituto para anular los conflictos del pariente las sus derechos. Asignado de “fase contractual” es en esta fase que las piezas contraerán el arbitraje, que incluye puesto que el pacto para obligarlo uso de la manera para la solución de conflictos, hasta la estipulación de las normas que irán a conducir el juicio del arbitral, la definición del conflicto y el nombramiento de los árbitros. La ley del arbitraje levanta esta forma de solución de conflictos a la condición de un instituto legal. La cláusula del arbitragem se puede insertar en contratos en la voluntad del acuerdo de las piezas, donde estipulan y si se comprometen para someter a la jurisdicción privada el porventura de los pleitos aparecieron y decurrent del contrato apropiado en la pregunta. Las divergencias doctrinales en el obligatoriness o del juicio del arbitral para la firma de la cláusula del arbitragem ahora no habían sido decididas definitivo para la claridad y la inteligencia de la constitución y de la ley del arbitraje, de que se convierte en obligator el arbitraje cuando esto es puesta firme por las piezas. Así, en esta dirección, buscamos en este trabajo para demostrar la posibilidad total, cara a la derecha brasileña, del uso del arbitraje como mitad de la solución de los pleitos de trabajo, tanto en el alcance colectivo, mientras que él está ya, como en el individual.

Palabras-clave: Convención, Arbitraje e Pleitos de Trabajo.

PARECER DE ADMISSIBILIDADE DO PROFESSOR ORIENTADOR

O acadêmico NATANAEL ROSA DOS SANTOS desenvolveu o Trabalho de Conclusão de Curso sobre o tema “A ARBITRAGEM APLICADA ÀS RELAÇÕES LABORAIS: UMA VISÃO CONSTITUCIONAL-TRABALHISTA”, obedecendo aos critérios do Projeto de Monografia apresentado ao Departamento do curso de Direito da Fundação Universidade Federal de Rondônia – Unir, *Campus* de Cacoal/RO.

O acompanhamento foi efetivo, tendo o desenvolvimento do trabalho observado os prazos pré-estabelecidos.

Assim sendo, o acadêmico encontra-se apto para a apresentação expositiva de sua monografia junto à banca examinadora.

Cacoal-RO, Agosto de 2007.

Prof^ª. Ms. Maria Priscila Soares Berro

Prof^ª. Orientadora

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1. NOÇÕES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARBITRAGEM	13
1.1 NA ANTIGUIDADE	13
1.2 NO BRASIL	19
2. ALGUNS CONCEITOS DE ARBITRAGEM	26
3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO JUÍZO ARBITRAL	29
3.1 DAS PESSOAS QUE PODEM CONVENCIONAR A ARBITRAGEM	29
3.2 DO OBJETO LITIGIOSO	31
3.3 DA CONVENÇÃO ARBITRAL	35
4. DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO ORDENAMENTO BRASILEIRO	36
4.1 DA DEFINIÇÃO	37
4.2 BREVE HISTÓRICO	39
4.3 EFEITOS	40
4.4 DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA	41
4.5 DO COMPROMISSO ARBITRAL	42
5. DA POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES LABORAIS	45
5.1 A ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES LABORAIS NO BRASIL	45
5.1.1 A arbitragem dos conflitos coletivos de trabalho	45
5.1.2 A arbitragem dos conflitos individuais de trabalho	48
5.2 OS “ENTRAVES” NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS TRABALHISTAS	48
5.2.1 Quanto a questão da indisponibilidade do direito trabalhista	49
5.2.2 Quanto a renúncia dos direitos trabalhistas	50
5.2.3 Quanto a violação dos incisos XXXV e XXXVII do Art. 5º da Constituição Federal	53
5.2.4 Quanto a omissão do art. 114 da Constituição Federal	54
5.2.5 Quanto ao desequilíbrio de forças na celebração da convenção arbitral	54
5.2.5.1 O momento da celebração da convenção de arbitragem	55
5.2.5.2 A condição pessoal e profissional do trabalhador	56
5.2.5.3 A interveniência do sindicato	57
CONCLUSÃO	59
REFERÊNCIAS	61

INTRODUÇÃO

As relações de trabalho, para serem estudadas, necessitam em primeiro lugar serem delimitadas.

Sendo assim, ao se buscar a lei 9.307/1996, como ferramenta jurídica de resguardo dos direitos trabalhistas, quer em nível individual, quer em nível coletivo, alguns questionamentos vêm logo à memória: É possível a utilização do instituto da arbitragem em âmbito laboral? Os princípios norteadores da matéria trabalhista podem ser um facilitador para a utilização da arbitragem em sede trabalhista?

Neste trabalho verificar-se-á, com um estudo da Constituição, das leis trabalhista em face da Lei 9.307/1996, a possibilidade de utilização da arbitragem nas relações individuais e nas relações coletivas de trabalho.

O objetivo principal é investigar a abrangência do instituto arbitral em face do direito do trabalho, buscando identificar os princípios regedores e estabelecer a diferença entre a relação individual e coletiva do trabalho, verificar a possibilidade de aplicação da arbitragem às relações jurídicas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhista.

Os motivos que emergem como fonte da vontade de investigar o tema é a latente necessidade de se tornar mais célere as relações laborais focalizando a possibilidade de se aplicar a mediação e arbitragem também nesse campo. Levando-se em consideração que em outros países tais como os Estados Unidos da América, Portugal e Espanha dentre outros aos quais não nos deteremos, este método vem sendo empregado e com muito sucesso.

Verifica-se, portanto, a possibilidade de, também no Brasil, a aplicação da mediação e arbitragem às questões laborais individuais, o que seria um grande avanço no nosso direito.

Sendo assim, trar-se-á nesta abordagem para que possamos, com um olhar desvencilhado de paradigmas, observar o poder, a abrangência e a facilitação que a lei em

comento poderá nos trazer, sem, contudo, ferirmos os direitos garantidos na nossa Consolidação das Leis do Trabalho e na Constituição da República.

Será preciso apreciar com cuidado os institutos que envolvem a possibilidade de direitos indisponíveis, como é o caso dos direitos trabalhistas, serem dirimidos em um tribunal arbitral, particular, isto é, na justiça privada.

Vislumbra-se ser perfeitamente possível a aplicação da chamada Lei Marco Maciel (9.307/1996), na dissolução dos conflitos individuais como já o era em âmbito coletivo a partir da constituição de 1988 e muito mais depois da Emenda Constitucional de nº 45, de 8 de dezembro de 2004, mais notadamente no seu §2º do art. 114.

Se trabalharmos com os mesmos princípios norteadores da matéria trabalhista coletiva, a lei em comento certamente viabilizará o desafogamento e a celeridade nos conflitos laborais individuais.

Frente às possibilidades de ser a Lei-tema deste trabalho aplicada aos pactos laborais individuais, procurar-se-á demonstrar que, muito mais impedimentos há, na cultura do nosso povo do que na própria Constituição Brasileira ou na consolidação das leis do trabalho.

Para dar norte a esta pesquisa usar-se-á os métodos histórico, através do qual faremos uma investigação de fatos já ocorridos para embasar nossa assertiva; dialético para verificarmos a realidade a nós posta, enfatizando as suas contradições através de formulação de antíteses e hipotético-dedutivo para falsearmos o sistema atual e chegarmos ao desiderato.

1. NOÇÕES DA EVOLUÇÃO HISTÓRICA DA ARBITRAGEM

Para melhor compreensão do instituto da arbitragem deve-se, mesmo que brevemente analisar, primeiramente, a sua evolução no contexto da história da humanidade até chegar ao seu desenvolvimento no ordenamento brasileiro.

1.1 NA ANTIGÜIDADE

No início, o conflito entre as partes era resolvido mediante o uso da autotutela, mas nesse sistema não havia justiça, e, sim, a imposição do mais forte do mais forte sobre o mais fraco, uma vez que as instituições eram ainda frágeis e insusceptíveis de resolver os conflitos de interesse, fosse por falta de organização ou de autoridade instituída.

Segundo Rodrigo Almeida Magalhães,¹ em fase sucessiva, ante a progressiva organização do Estado, surgem regras disciplinando a vingança privada, com a justiça, contudo, cabendo ainda ao particular.

Nessa fase, a justiça privada deixou de ser executada pelo próprio ofendido, passando para o grupo social ou para um terceiro designado especialmente para dirimir determinadas controvérsias.²

O Código de Hammurabi teve como escopo maior fazer reinar a justiça em seu reino, podendo qualquer cidadão recorrer ao rei.

Exemplo clássico encontra-se na Bíblia:

¹ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. **Arbitragem e convenção arbitral**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006. p. 30.

² FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p. 16.

“ ...Acaso não há entre vocês alguém suficientemente sábio para julgar uma causa entre irmãos?”.³

Com isso, Paulo estava exortando os irmãos a instituir árbitros dentre seus pares para que se lhes fosse submetido os litígios em detrimento dos tribunais romanos

Tânia Lobo Muniz afirma que as formas pacíficas para a solução dos litígios antecederam a jurisdição estatal, especialmente nos moldes em que a conhece hoje:

O direito e a utilização dos meios judiciais surgiram com tal fim, mas, mesmo antes destes, a utilização de formas pacíficas para a solução dos litígios entre os grupos já se fazia presente e, a partir do surgimento do “juízo judicial”, da intervenção do Poder Político, passaram a conviver, ora com predominância de um, ora com maior destaque de outro, evoluindo ou retrocedendo de acordo com o desenvolvimento social, político, histórico, cultural e econômico da própria sociedade.⁴

A partir do momento em que o homem deixou de resolver suas controvérsias na força, sentiu que uma terceira pessoa poderia ajudar a solucionar o conflito das partes. O poder decisório por parte do Estado surgiu bem depois.

Dentre os meios de solução pacífica de conflitos destaca-se a arbitragem, um dos institutos jurídicos internacionais mais antigos que teve sua origem nos costumes.

Preceitua Tânia Lobo Muniz apud Carlos Alberto Bittar Filho que, a solução de controvérsias pela arbitragem conheceu muitos berços, mas seu maior desenvolvimento se deu na Grécia.⁵

A prática da arbitragem era reflexo da própria religião grega cuja cultura trazia em sua mitologia a resolução das questões entre deuses e heróis através da presença de um terceiro chamado a intervir. Como é o caso contado na mitologia grega, onde encontra-se o lendário Páris, filho de Príamo e Hécuba, no monte Ida, funcionando como árbitro entre Atena, Hera e Afrodite, que disputavam a maçã de ouro, destinada pelos deuses à mais bela, pleito decidido a favor de Afrodite, que subordinou o árbitro, prometendo-lhe, em troca, o amor de Helena, raptada, depois, por esse juiz, o que deu, como resultado, a guerra de Tróia.⁶

O movimento de intercâmbio entre as cidades da sociedade helênica, além das fronteiras, contribuiu para que a arbitragem fosse utilizada nas questões intermunicipais. O direito a ser aplicado seria aquele comum a todas as cidades.

³ 1. CORINTIOS capítulo 6, versículos 5. **Bíblia de Estudo Almeida**. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

⁴ MUNIZ, Tânia Lobo. **Arbitragem no Brasil e a Lei 9.307/96**. Curitiba: Juruá, 1999. p. 20.

⁵ Ibidem. op. cit. p 21.

⁶ CRETELLA JÚNIOR, José. **Da arbitragem e seu conceito categorial**. In Revista de Informação Legislativa. Brasília, ano 25, n. 98, abri/jun. 1988, p. 28.

Os antigos hebreus conheciam o instituto da arbitragem, presente desde 1300 a.C. As disputas de direito privado eram resolvidas através da arbitragem, existindo, inclusive, um colegiado denominado Beth-Din, formado por três “doutores da Lei”.

No Direito Romano, a característica imperialista da política não fortaleceu o desenvolvimento da arbitragem internacional, uma vez que todos faziam parte do Império Romano. Contudo, como possibilitava a manutenção dos usos e costumes dos povos conquistados, o instituto teve continuidade, internamente, na tradição grega sendo aperfeiçoado pelas normas de Direito Romano.

Relevante se faz descrever as quatro etapas evolutivas na forma de solução de conflitos conhecidas por Roma, sendo certo que o aparecimento de cada uma não induz ao desaparecimento da outra:

a). Na primeira, os conflitos entre particulares são, em regra, resolvidos pela força (entre a vítima e o ofensor, ou entre os grupos de cada um deles faz parte), mas o Estado – então incipiente – intervém em questões vinculadas à religião; e os costumes vão estabelecendo, paulatinamente, regras para distinguir violência legítima da ilegítima;

b). Na segunda surge o arbitramento facultativo: a vítima, ao invés de utilizar a vingança individual ou coletiva contra o ofensor, prefere, de acordo com este, receber uma indenização que a ambos parece justa, ou escolher um terceiro (o árbitro) para fixá-la;

c). Na terceira etapa, nasce o arbitramento obrigatório: o facultativo só era utilizado quando os litigantes o desejassem, e, como esse acordo nem sempre existia, daí resultava que, nas mais das vezes, se continuava a empregar a violência para a defesa do interesse violado; por isso, o Estado não só passou a obrigar os litigantes a escolherem árbitro que determinasse a indenização a ser paga pelo ofensor, mas também a assegurar a execução da sentença, se, porventura, o réu não quisesse cumpri-la; e

d). Finalmente, na quarta e última etapa, o Estado afasta o emprego da justiça privada, e, por funcionários seus, resolve os conflitos de interesses surgidos entre os indivíduos, executando, à força se necessário, a sentença.⁷

No Direito Romano, dentro da segunda etapa acima descrita, a Lei das XII Tábuas, também conhecida como “Lei Decenviral”, foi, pois, a primeira lei escrita, a qual expressamente menciona o uso da arbitragem: “[...] TÁBUA IX – DIREITO PÚBLICO: 1) Se um juiz ou um árbitro indicado pelo magistrado recebeu dinheiro para julgar a favor de uma das partes em prejuízo de outrem, que seja morto”.⁸

⁷ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida apud ALVES, José Carlos Moreira. **Arbitragem e convenção arbitral**. pp. 30 e 31.

⁸ ROLIM, Luiz Antonio. **Instituições de direito romano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000, pp. 58 e 59.

Na tradição romana, a justiça civil era um privilégio de nobres e sacerdotes, permanecendo tal situação até a implantação da República no ano 510 a.C, com a queda de Tarquínio, o Soberbo, foi substituído por um Corpo Consular.

José Cretella Júnior,⁹ jurista e historiador, sintetiza com competência esse notável período, de forma que vale a sua transcrição:

A partir dessa época, até o fim da época clássica (que se estende de, mais ou menos 200 a.C. a mais ou menos 250 d.C.), a organização judiciária romana é dominada pelo grande princípio da divisão da instância ou do processo em duas fases, conhecidas pelos nomes de *ius* e *indicium*. [...]

Ius e *indicium* são os nomes com que os romanistas designam as duas fases em que se desdobra a instância, no Direito romano.

As questões cíveis são apresentadas, primeiro, *in iure*, no tribunal do magistrado, depois *apud iudicem*, diante de um particular, escolhido pelos litigantes para julgar o processo. É a *ordo iudiciorum privatorum* (ordem dos processos privados ou marcha do processo civil).

Manteve-se tal sistema até fins da época clássica, porque tinha dupla vantagem: apresentava a solução das pendências, aliviando o trabalho dos magistrados e restringido o poder absoluto de que se achava investido. [...]

Na segunda fase da instância romana devemos distinguir os juízes, os árbitros, os recuperadores e os tribunais permanentes.

O juiz (*iudex*) é, na concepção romana, um jurado, ou seja, não um magistrado, pessoa convocada para conhecer o processo, mas particularmente chamada para julgar um caso determinado. É, em princípio, escolhido pelas partes, dentre os senadores. O juiz romano é um árbitro legal. O árbitro (*arbiter*), simples particular, como o juiz, é encarregado de decidir uma determinada questão. O juiz é sempre singular – *iudex unus* –, ao passo que pode haver vários árbitros.

Recuperadores são juízes, em número de três ou cinco, encarregados de decidir questões principalmente entre romanos e peregrinos (estrangeiros). Instituição mal conhecida, inspirada, sem dúvida, em princípios do Direito Internacional, é invocada nos casos em que os romanos celebram paz com os povos vizinhos. Nessas condições, o tratado de paz institui uma jurisdição especial, encarregada de tratar da recuperação dos bens tombados pelo inimigo (*res recipere*), donde o nome recuperadores.

Tribunais permanentes funcionam, em Roma, estatuinto *in iudicio*, mas diferentemente do *iudex* do *arbiter* e do recuperador, não conhecem de um determinado caso, mas duma categoria de processos. Há, pelo menos, três tribunais permanentes, os *triumviri capitales*, os *decemviri litibus indicandis* e os *centumviri*.

No primeiro período do processo, as *legis acciones* em muito se assemelhavam às câmaras ou as cortes arbitrais. A arbitragem aperfeiçoou-se com a prática e pela legislação, contida no Direito Justiniano.¹⁰

⁹ CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito romano**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991, p. 408.

No seu artigo doutrinário Leon Frejd Szklarowsky¹¹ citando Alfredo Buzaid, confirma que foi Justiniano quem introduziu modificações na arbitragem e segundo o jurista, estas “vieram a complicar o sistema ao invés de facilitar sua realização prática”. Sucede que, Justiniano, tornou plenamente vinculante à pronúncia arbitral.

Na Idade Média, a arbitragem também foi utilizada pelos feudos na solução de conflitos, inclusive internacionais, tendo-se em vista a intervenção da Igreja Católica em todos os principados, que era a divisão política da época. O Papa era considerado o árbitro supremo, enquanto que os bispos e senhores feudais se valiam mais da mediação.

Na Idade Média, vigia no continente europeu o sistema normativo denominado de direito comum, no qual se encontrou a origem mais próxima do juízo arbitral, período este em que o instituto foi bastante desenvolvido.

Na Idade Média, a Europa perde seu poder centralizador e unificador, sendo dividida em feudos. A Igreja Católica desfruta de grande influência, concebendo-se a senhora das almas e das letras, além de deter enorme extensão de terra.

Segundo Joel Dias Figueira Junior, embasando-se em Carlos Alberto Carmona, é possível apontar:

[...] pelo menos cinco causas para o desenvolvimento da arbitragem durante a Idade Média: ausência de leis ou sua excessiva dureza e incivilidade; falta de garantias jurisdicionais; grande variedade de ordenamentos; fraqueza dos Estados; e conflitos entre Estado e Igreja.¹²

Rodrigo Almeida Magalhães relata que

Nesse período, despontam as corporações de classes, que gozaram de intenso prestígio, principalmente as corporações de mercadores para a proteção e assistência aos comerciantes. Elas eram comandadas por cônsules, eleitos pela assembléia dos comerciantes, desempenhando funções executivas, legislativas e judiciais, julgando as causas comerciais por intermédio da Arbitragem.¹³

Nesse mesmo sentido, lembra-nos Clovis Gorczewski¹⁴ que,

Com a aceleração do intercâmbio entre os povos e das relações comerciais, a partir do século XI, a arbitragem ganha novo impulso pelas mãos dos comerciantes que, para fugir a um gama enorme de ordenamentos jurídicos e ao próprio desaparelhamento da justiça estatal, passaram a se utilizar, com

¹⁰ Ibidem. Justiniano tratou da decisão arbitral, criando a possibilidade de execução, na medida em que as partes houvessem se obrigado no compromisso ou na cláusula compromissória, procurando evitar que as partes frustrassem a justiça recusando-se a cumprir a decisão.

¹¹ SZKLAROWSKY, Leon Frejd. **Uma nova visão da arbitragem**. Jus Navegandi, Teresina, ano 8, n. 387.

¹² FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias apud CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 22.

¹³ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. op. cit. p. 40.

¹⁴ GORCZEWSKI, Clovis. **Formas alternativas para resolução de conflitos: a arbitragem no Brasil**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999. p. 47.

freqüência, do sistema arbitral, para solucionar suas divergências, com base nos usos, costumes e demais práticas comerciais existentes na época.

A Igreja Católica, proprietária de enormes áreas de terra utilizava também a arbitragem, porque os conflitos eram muito mais facilmente de ser resolvidos, devido à proibição de Paulo aos Corintos, de não recorrerem à justiça romana (I Cor., VI, 1 e segs.)

Walter Brasil Mujalli relata em sua obra que

[...] na França, ao tempo da Revolução Francesa, a arbitragem foi considerada como sendo o instrumento ideal de reação do povo contra os abusos da justiça do Rei, e acrescenta-se que, no século XIX, devido à influência da Lei Napoleônica, e devido à estatização absoluta da justiça, tornou-se arraigado nos mais diversos sistemas legislativos a idéia da arbitragem que aos poucos, foi perdendo o seu caráter jurisdicional, que em muitos sistemas era lhe reconhecido.¹⁵

O Direito Português da idade média previa a aplicação da arbitragem. As ordenações Afonsinas, Manuelinas e Filipinas fazia obedecer este sistema de arranjo dos conflitos.

Mujalli relata ainda que a partir do século XX ressurge o interesse pela arbitragem, e aos poucos o instituto volta a ocupar o seu lugar de prestígio, fortalecido por tratados internacionais que se multiplicaram.¹⁶

1.2 NO BRASIL

Segundo Walter, encontra-se as primeiras evoluções do instituto de arbitragem no nosso Direito Pátrio, através das Ordenações Filipinas, que continuaram a vigorar no Brasil, após a proclamação da Independência.

A Arbitragem era disciplinada no título XVI do Livro II, sob a rubrica "Dos Juizes Árbitros", que previa a certeza da sentença arbitral, independentemente de homologação e a possibilidade de apelação.¹⁷

O texto de lei então codificado dispunha no sentido de que: "Se cada uma das partes não apelar em tempo devido da sentença dada pelos árbitros, tal sentença se dará a execução pelos juizes ordinários, quer no compromisso fosse posta pena, quer não, assim como se daria à execução, sendo dada pelos juízos ordinários".

Nesse mesmo sentido, Carlos Alberto Carmona:

¹⁵ MUJALLI, Walter Brasil. op. cit. p. 40.

¹⁶ Ibidem. p. 41.

¹⁷ MUJALLI, Walter Brasil. Passim. p. 30.

[...] trata o texto filipino da possibilidade de recurso contra a decisão do árbitro, ainda que as partes tenham incluído no compromisso a cláusula “sem recurso”: a parte agravada poderia mesmo assim recorrer, e seria condenada ao pagamento de uma pena e se seu recurso não fosse provido, mantendo-se a decisão do árbitro.¹⁸

Na história do Brasil a arbitragem foi importante, principalmente no que tange à expansão das nossas fronteiras, sendo que o melhor defensor do Brasil, nessas questões, foi o Barão do Rio Branco, tendo atuado no caso que determinou a incorporação do atual Estado do Acre ao território nacional brasileiro.

A partir da Constituição de 1824, nos termos do artigo 160, foi alterada a sistemática prevista nas Ordenações Filipinas, determinando que, as sentenças dos juízes árbitros seriam executadas sem recurso, desde que as partes convencionassem.¹⁹

A Constituição de 1891, no seu artigo 34, II, previa o uso da arbitragem para a solução dos conflitos internacionais ao dispor que atribuía poderes ao Congresso Nacional para autorizar o governo a declarar guerra, se não tivesse lugar ou se frustrasse o recurso do arbitramento para a paz.

Promulgado o Código Comercial, em 25 de julho de 1850, através da Lei n. 556, este fez menção apenas de um dispositivo a respeito de arbitragem, tratava-se do art. 294, que submetia ao juízo arbitral as questões sociais que surgissem entre sócios, durante a existência da companhia ou sociedade, incluindo a sua liquidação ou partilha, deveriam ser submetidas ao juízo arbitral.

Nota-se que, ao contrário do que normalmente se pensa, a arbitragem já existiu como obrigatória no direito brasileiro.²⁰

Com o início da República, os Estados-membros do Brasil puderam editar os seus próprios Códigos de Processo, mas somente os Estados de Minas Gerais, São Paulo e Bahia trouxeram contribuições significativas para novas tendências em suas normas processuais.

Reforçando, Carlos Alberto Carmona menciona que

Após a proclamação da República, alguns Estados da Federação editaram leis submetendo ao regime da arbitragem obrigatória, certas operações comerciais. São Paulo, por exemplo, editou a Lei 1.416, de 14 de julho de 1914,

¹⁸ CARMONA, Carlos Alberto. **A arbitragem no processo civil brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993. p. 46.

¹⁹ MUJALLI, Walter Brasil. op. cit. p. 31.

²⁰ TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Arbitragem no sistema jurídico brasileiro**. Consulex, Brasília, ano I, n. 1, jan. 1997.

cujo artigo 18 instituía o juízo arbitral para dirimir questões acerca de contratos de compra e venda de café na Bolsa. O artigo 5º. Do decreto 2.515 de 1914 regulamentou a lei em questão, prescrevendo: As questões oriundas das operações realizadas na bolsa oficial de café serão obrigatoriamente resolvidas em juízo arbitral. A referida lei foi declarada inconstitucional.²¹

A partir de 25 de novembro de 1850, o processo nas causas comerciais passou a ser disciplinado pelo Regulamento 737, conhecido como o primeiro diploma processual brasileiro codificado, por sua vez, previa em seu art. 411 que seria o juízo arbitral obrigatório se as causas fossem comerciais. Com o advento do Decreto n. 3.900, de 1866 que regulamentou o processo arbitral, permitiu-se ao árbitro julgar por equidade, se as partes assim autorizassem.²²

Mas, somente após o Brasil ter assinado o Protocolo de Genebra, de 1923, sendo um dos contratantes do Código de Bustamante e signatário, igualmente, da Convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional²³, os códigos brasileiros unitários de processo civil, de 1939 e 1973, adotaram a arbitragem em sua modalidade facultativa de "juízo arbitral", pelo qual as partes podiam submeter seu litígio a árbitro(s), mediante compromisso que o instituía, observados determinados requisitos.²⁴

A Constituição de 1934, no artigo 5º, inciso XIX, alínea "a", dava competência à União para legislar sobre a arbitragem comercial. Essa regulamentação não ocorreu. O artigo 13, das disposições transitórias, dava um prazo de cinco anos para que os Estados-Membros resolvessem as questões de limites mediante acordo direto ou arbitragem. Findo o prazo, sem que as partes tivessem resolvido as pendências de limites, caberia ao Presidente da República encaminhar a solução do litígio, fosse pela via da arbitragem fosse pela nomeação de Comissão Especial.²⁵

A Constituição de 1937 somente faz menção ao instituto da Arbitragem no art. 18, letra d, permitindo aos Estados legislar, na falta de legislação federal.

Nesse sentido, Rodrigo Almeida Magalhães tece o seguinte comentário "O desprezo chegou ao cúmulo de extinguir, ainda que em andamento ou pendente de decisão em

²¹ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 47.

²² MUJALLI, Walter Brasil. op. cit. p. 33.

²³ Panamá, 1975 – promulgada, finalmente, no Brasil, para ser executada e cumprida, em 09.05.96, DOU de 10.05.96

²⁴ TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Arbitragem no sistema jurídico brasileiro**. Consulex, Brasília, ano I, n. 1, jan. 1997.

²⁵ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. op. cit. p. 45.

Juízo Arbitral, as questões de limites entre os Estados, previstas no art. 184 das disposições constitucionais transitórias”.²⁶

As constituições de 1946 e 1967 previam o uso da arbitragem somente como medida para se evitar a guerra.

O art. 86 do Código de Processo Civil de 1973 estabelece que as causas cíveis sejam processadas e decididas pelos órgãos jurisdicionais, ressalvadas às partes a faculdade de instituírem o juízo arbitral.

Segundo Clovis Gorcevski²⁷ “o código de processo civil de 1973 nada acrescentou à anterior legislação processual, fazendo disso uma das justificativas para a pequena aplicação da arbitragem”.

Afirma ainda que um dos maiores obstáculos apresentados pelo Código de Processo Civil à arbitragem encontrava-se na força vinculante da cláusula arbitral, que era inexistente, e cita “a presença da cláusula em um contrato não obrigava as partes na instauração do juízo arbitral; logo, autorizando sempre a opção da via judicial.”²⁸

Até a promulgação da atual Lei de Arbitragem foram apresentados três anteprojetos de lei (1981, 1986 e 1988), porém não obtiveram aprovação devido a dois grandes obstáculos que a lei brasileira criava para a sua utilização, primeiramente o legislador ignorava a cláusula compromissória; depois o Código de Processo exigia a homologação do laudo arbitral como condição de sua validade.²⁹

No anteprojeto de lei de 1981

[...] Foram atacados os dois males de que padecia o instituto: dava o anteprojeto equiparação de efeitos entre compromisso e cláusula arbitral, de modo que na presença de um ou de outra poder-se-ia afastar a competência do juiz estatal, estabelecendo-se, ao mesmo tempo, disciplina própria para a execução específica de cláusula compromissória na hipótese de haver resistência de algumas das partes quanto à instituição da arbitragem; além disso, dispunha o anteprojeto em questão a desnecessidade de homologação de laudo arbitral, que ficava equiparado a um título executivo extrajudicial.³⁰

No anteprojeto de lei 1986

²⁶ Ibidem. p. 45.

²⁷ GORCZEWSKI, Clovis. op. cit. p 56.

²⁸ Ibidem. p. 56.

²⁹ CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e Processo: um comentário à Lei 9.307/96**. São Paulo: Malheiros, 1998. pp. 17-21.

³⁰ Ibidem, p. 18.

[...] à semelhança do anteprojeto anterior, previa que a presença da convenção de arbitragem seria suficiente para afastar a competência do juiz togado, dispondo minuciosamente sobre o procedimento da “ação de cumprimento de estipulação arbitral” (execução específica da obrigação de celebrar compromisso). Um dos grandes problemas relativos ao tema, porém, não foi solucionado pela comissão relatora: na ação de execução específica, não havendo acordo entre as partes para a nomeação de árbitro ou árbitros, cada parte deveria indicar o seu, cabendo a estes a indicação do árbitro desempatador (at. 23, combinado com o art. 7º), sem levar em consideração eventual previsão diversa da cláusula compromissória, que restaria superada.

Embora mais aprimorado que o primeiro trabalho, o anteprojeto em questão continha alguns defeitos técnicos que acabaram por aconselhar o seu definitivo arquivamento. Entre outros tópicos de desajustes, cumpre citar o art. 1º, onde se confundia arbitragem (meio de solucionar controvérsias) com arbitramento (meio de integrar um elemento faltante em um contrato), pretendo-se com isto, de modo impróprio, criar lei que pudesse servir aos dois propósitos. Outro ponto que restava sem disciplina adequada dizia respeito ao laudo proferido no exterior: considerando-se a equiparação do laudo aos títulos executivos extrajudiciais, não se previa qualquer tipo de reconhecimento judicial, limitando-se o único artigo que tratava do tema (art. 32), de maneira excessivamente simplista, ao afirmar que o laudo estrangeiro, desde que constante de documento autenticado (consularizado e traduzido), teria eficácia executiva no Brasil, nos termos do art. 585, § 2º, do Código de Processo Civil. Tal solução, a técnica, efetivamente, não poderia ser aceita.³¹

No Anteprojeto de lei 1988

A comissão relatora, com o intuito de evitar mutilação no Código de Processo Civil, pretendia preservar sua unidade, alterando 10 artigos daquele estatuto para ali encartar os novos dispositivos que tornariam viável a arbitragem no Brasil.

Com tal intuito, procurou o anteprojeto disciplinar a cláusula compromissória juntamente com o compromisso, estatuinto que este e aquela poderiam servir para a instituição da arbitragem. O resultado mostra que não houve atenção e cuidado necessários para reforma do Código de Processo Civil então pretendida: o art. 1.074, na redação sugerida, disporia que tanto a cláusula arbitral quanto o compromisso deveriam conter, sob pena de nulidade, o objeto do litígio, o que não é razoável, já que a cláusula compromissória estabelece a solução arbitral para litígios eventuais e futuros, decorrentes de certa relação negocial. Outro equívoco do anteprojeto – este de natureza grave – resultou da redação que se pretendia dar ao art. 1.078, §§ 1º e 2º, do Estatuto Processual: estabelecia-se ali, de forma surpreendente, que o laudo arbitral poderia estar sujeito a recurso de apelação, que seria julgado pelo Tribunal de Justiça local. Tal dispositivo certamente acabaria por restar desserviço à causa da arbitragem, ao invés de agilizar e simplificar o procedimento arbitral.

Outro ponto a observar [...] refere-se à tentativa de inserir, no art. 1.079 do Código de Processo Civil, dispositivo que estabeleceria a obrigatoriedade de ser o árbitro (ou os árbitros) bacharel em direito. É intuitivo que pretender que o árbitro seja sempre bacharel em direito pode resultar em desestímulo à arbitragem, já que há matérias técnicas a serem dirimidas que dispensam o bacharel e exigem a presença do técnico, o que foi reconhecido pela própria Ordem dos Advogados do Brasil, ao manifestar sua desaprovação em face do dispositivo apontado.³²

No ano 1991, por iniciativa do Instituto Liberal de Pernambuco, foi lançada a “Operação Arbiter”, com o objetivo de elaborar um anteprojeto de lei sobre arbitragem. Para

³¹ CARMONA, Carlos Alberto. *Arbitragem e Processo: um comentário à Lei 9.307/96*. Passim. p. 19.

³² Ibidem. pp. 20 e 21.

tal, foi constituída uma comissão relatora composta por Selma Maria Ferreira Lemes, Pedro Antônio Batista Martins e Carlos Alberto Carmona. Esse anteprojeto levou em consideração os anteprojeto de 1981 e 1986, a legislação espanhola, a Lei-Modelo sobre Arbitragem Comercial da UNCITRAL, a Convenção de Nova York (1858) e a do Panamá (1975). O Senador Marco Maciel apresentou o esboço da Lei ao Congresso Nacional, recebendo tal projeto o n. 78/92. Após sua tramitação no Senado e na Câmara dos Deputados, o Presidente da República sancionou a Lei n. 9.307/96, fazendo publicar o texto no Diário Oficial da União de 24/09/96, que passou a vigor sessenta dias após sua publicação. Essa é a atual lei que regula a Arbitragem no Brasil – composta de sete capítulos e quarenta e quatro artigos.³³

Com a Lei n. 9.307, de 23 de setembro de 1996, são oferecidos matizes novos ao instituto, procurando torná-lo mais eficaz e apto a atender às necessidades de hoje.³⁴

Paulo Furtado ressalta três pontos relevantes na Lei:³⁵

- “a) a irrecorribilidade da sentença arbitral;
- b) a dispensa de homologação da sentença pelo Judiciário, para emprestar-lhe executividade;
- c) a revogação do inciso VI do art. 51 do Código de Defesa do Consumidor.”

No terceiro ponto citado por Paulo Furtado, eram nulas, de pleno direito, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que determinem a utilização compulsória da arbitragem. Como frisou a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, ao propor a revogação do inciso, não se deixa ao desamparo o consumidor, pois, no § 2º do art. 4º da Lei de Arbitragem se estabelece que nos contratos de adesão a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem, ou concordar, expressamente, com sua instituição.

Além de sua previsão nas Constituições e nos Códigos, várias leis esparsas prevêm o uso da arbitragem como:

- 1) as Leis: n. 7.732, de 14/09/89 (art. 4º, 2º); n. 7.862, de 13/10/89 (art. 3º, parágrafo único); n. 8.029, de 12/04/89 (art. 21) e n. 8.693, de 03/08/93 (art. 1º, 8º), sobre a submissão à justiça brasileira ou à arbitragem como forma resolutiva de empate na deliberação de assembléia-geral de sociedade anônima;

³³ CARMONA, Carlos Alberto. *Passim*. pp. 21 e 23.

³⁴ FURTADO, Paulo. **Arbitragem: aspectos jurídicos e econômicos**. Consulex, Brasília. Ano I – n. 4, abril. 1997.

³⁵ *Ibidem*. Consulex, Brasília. Ano I – n. 4, abril. 1997.

2) a Lei n. 8.078, de 11/09/90 (art. 51, VII), sobre a nulidade de cláusula de arbitragem compulsória para o consumidor;

3) a Lei n. 8.494, de 23/11/92 (art. 4º, sobre a arbitragem para reajustes dos contratos de locação);

4) a Lei n. 9.099, de 26/09/95 (arts. 24 a 26), sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais;

5) A MP n. 290 de 17/12/90 (art. 3º, parágrafo único), sobre a negociação de encargos educacionais;

7) O Decreto-Lei n. 82, de 26/12/66 (art.193, II), sobre a aplicação de multa ao árbitro que prejudica a Fazenda do Distrito Federal, por negligência ou má-fé;

8) a Lei n. 10.303, de 31/10/01, que alterou a lei das sociedades por ações (Lei n. 6404/76), cujo art. 109, § 3º, permitiu ao estatuto da companhia estabelecer que as divergências entre acionista e sociedade, ou entre acionistas controladores e minoritários, fossem resolvidos pela arbitragem.

2 ALGUNS CONCEITOS DE ARBITRAGEM

O vocábulo arbitragem é de origem latina, vem de “*arbiter*”, que quer dizer juiz, louvado, jurado, e aponta para o “processo que se utiliza a fim de se dar solução a litígio ou divergência, havida entre duas ou mais pessoas”.³⁶

O dicionário didático da língua portuguesa³⁷ traz a seguinte definição de arbitragem: “julgamento feito por árbitro ou árbitros, decisão ou determinação que um juiz profere segundo os ditames de sua razão e consciência sobre pontos especiais omissos na lei”.

A Arbitragem é no entendimento de Carlos Alberto Carmona

Um meio alternativo de solução de controvérsias através da intervenção de uma ou mais pessoas que recebem seus poderes de uma convenção privada, decidindo com base nela, sem intervenção estatal, sendo que a decisão destinada a assumir a mesma eficácia da sentença judicial é colocada a disposição de quem quer que seja para solução de conflitos relativos a direitos patrimoniais acerca dos quais os litigantes possam dispor.³⁸

Walter Brasil Mujalli define

A arbitragem é uma convenção privada, celebrada entre duas ou mais pessoas, para solução de suas controvérsias, através da intervenção de uma ou mais pessoas (árbitros), que recebem os seus poderes dos seus convenientes, para com base nesta convenção, decidirem os seus conflitos, sem a intervenção do Estado, sendo que a decisão destinada às partes, tem a eficácia da sentença judicial.³⁹

Para Luiz Fernando do Vale de Almeida Guilherme

³⁶ MUNIZ, Tânia Lobo apud DE PLÁCIDO E SILVA. op.cit. p. 39.

³⁷ Dicionário didático da língua portuguesa. São Paulo: Editora didática paulista, p. 42.

³⁸ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 43.

³⁹ MUJALLI, Walter Brasil. op. cit. p. 52.

É a decisão pela qual uma terceira pessoa intervém, pondo fim a um litígio entre duas partes. Tal decisão terá caráter obrigatório, tendo os mesmos efeitos de uma decisão judicial.⁴⁰

José Cretella Júnior entende que arbitragem

É o sistema especial de julgamento, com procedimento, técnica e princípios informativos especiais e com força executória reconhecida pelo direito comum, mas a este subtraído, mediante o qual, duas ou mais pessoas físicas, ou jurídicas, de direito privado ou de direito público, em conflito de interesses, escolhem de comum acordo, contratualmente, uma terceira pessoa, o árbitro, a quem confiam o papel de resolver-lhes a pendência, anuindo os litigantes em aceitar a decisão proferida.⁴¹

Para Irineu Strenger entende que arbitragem é

[...] instância jurisdicional, praticada em função de regime contratualmente estabelecido, para dirimir controvérsias entre pessoas de direito privado e/ou público, com procedimentos próprios, e força executória perante tribunais estatais.⁴²

Para Álvaro Villaça Azevedo

A arbitragem é um acordo de vontades de que se utilizam os contratantes, preferindo não se submeter à decisão judicial, com o objetivo de dirimir seus conflitos de interesses presentes ou futuros, por meio de árbitro ou de árbitros.⁴³

Clovis Gorcevski⁴⁴ menciona que Candido Naves foi um dos primeiros autores brasileiros neste século a tratar do tema em sua tese para concurso de livre-docência da Faculdade de Direito de Minas Gerais, 1925, o qual definiu arbitragem como: “a discussão e julgamento de uma controvérsia entre duas ou mais pessoas, sobre determinada relação de direito, perante árbitros”.

Para José Carreira Alvim a “arbitragem é a instituição pela qual as pessoas capazes de contratar confiam a árbitros, por elas indicados ou não, o julgamento de seus litígios relativos a direitos transigíveis”. Esta definição põe em relevo que a arbitragem é uma especial modalidade de resolução de conflitos; pode ser convencionada por pessoas capazes, físicas ou jurídicas; os árbitros são juízes indicados pelas partes, ou consentidos por elas por indicação de terceiros, ou nomeados pelo juiz, se houver ação de instituição judicial de

⁴⁰ GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Distinção entre cláusula compromissória e compromisso arbitral**. Jus Navegandi. Teresina, ano 6, n. 58, agos. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3090>. Acesso em: 08 jan. 2007.

⁴¹ CRETILLA JÚNIOR, José. **Da arbitragem e seu conceito categorial**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 25, n. 98, abril/junho, 1988, pp. 127-138.

⁴² STRENGER, Irineu. **Contratos internacionais do comércio**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1992. p. 214.

⁴³ AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Arbitragem**. Revista dos Tribunais, n. 753, jul. 1998, p. 12.

⁴⁴ GORCEVSKI, Clovis apud NAVES, Candido. op. cit. p. 40.

arbitragem; na arbitragem existe o julgamento de um litígio por sentença com força de coisa julgada.⁴⁵

Rodrigo Almeida Magalhães⁴⁶ baseando em vários conceitos, relaciona em sua obra os elementos essenciais da arbitragem que são:

a) a existência de lide entre as partes, e que o objeto dessa lide verse sobre os direitos disponíveis;

b) a existência de uma convenção arbitral estabelecendo que a disputa será resolvida por arbitragem, já que, no Brasil, não existe arbitragem obrigatória;

c) a indicação, pelos litigantes ou consentidos por eles, de terceiro ou pelo juiz, da pessoa (ou das pessoas), imparcial e desinteressada, que irá resolver a questão.

d) o caráter vinculante da sentença arbitral, para as partes, tendo inclusive executoriedade nos tribunais estatais.

⁴⁵ ALVIM, José Carreira. **Tratado geral da arbitragem interna**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000. p. 14.

⁴⁶ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. op. cit. p. 56.

3. REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE DO JUÍZO ARBITRAL

Para que se viabilize a instauração de um juízo arbitral válido e, portanto, hábil para gerar seus efeitos na órbita jurídica e no plano factual, faz-se necessário que a provocação da jurisdição privada se verifique em atenção a certos requisitos de admissibilidade, para sua instauração, existência e prosseguimento regular.⁴⁷

Observa Figueira Junior⁴⁸ que “[...] os requisitos de admissibilidade da demanda válida são os mesmos da teoria geral do processo tradicional: interesse para agir, legitimidade ad causam e possibilidade jurídica do pedido.”

3.1 DAS PESSOAS QUE PODEM CONVENCIONAR A ARBITRAGEM

Art. 1º: “As pessoas capazes de contratar poderão valer-se da arbitragem para dirimir litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis.”

O dispositivo acima refere-se às pessoas capazes de contratar. No entendimento de Washigton de Barros Monteiro⁴⁹ “[...] pessoa é o ente físico ou moral, suscetível de direitos e obrigações”.

Assinala ainda que,

⁴⁷ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p 104.

⁴⁸ Ibidem. p 104.

⁴⁹ MONTEIRO, Washigton de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 57.

No direito moderno, todo ser humano é pessoa no sentido jurídico. Mas, além dos homens, são também dotadas de personalidade certas organizações ou coletividades, que tendem à consecução de fins comuns.⁵⁰

Observa-se que a lei não fez distinção entre pessoa física ou jurídica, pelo que ambas poderão valer-se da arbitragem.⁵¹

Carmona⁵² pondera que a “capacidade de contratar é condição *sine qua non* para a utilização da arbitragem [...]”.

O art. 2º do Código Civil assegura que: “*Todo homem é capaz de direitos e obrigações na ordem civil*”. Trata, pois, tal dispositivo da garantia legal da capacidade do homem, para gerir sua pessoa e seus negócios. A expressão “todo homem” utilizado pelo dispositivo citado, indica a igualdade que deve existir entre todos, conforme dispõe art. 5º da Constituição Federal, independente de nacionalidade, raça, credo ou cor.

Ainda que a personalidade civil do homem comece do nascimento com vida, a capacidade plena só será adquirida aos 18 (dezoito) anos de idade ou por ocorrência de emancipação, seja por motivo de concessão, casamento, exercício de emprego público efetivo, colação de grau científico em curso superior ou estabelecimento civil ou comercial com economia própria. Após adquirida a capacidade absoluta a pessoa estará apta a exercer seus direitos de forma plena, e nesta condição poderá assinar o compromisso, submetendo suas pendências ao julgamento dos árbitros.

Sobre a capacidade, disposição do art. 1º, Figueira Junior⁵³ faz o seguinte comentário:

Tendo em vista que o ato de estipulação da arbitragem praticado pelos sujeitos de uma determinada relação jurídica de natureza civil ou comercial verifica-se através de acordo de vontades e nos contornos do direito obrigacional no que pertine aos contratos, somente as pessoas que tenham adquirido a capacidade civil poderão valer-se desta forma alternativa de solução de conflitos.

No entendimento de Figueira Junior⁵⁴, [sic] “não poderão valer-se da arbitragem além dos incapazes, o preso, enquanto durar o regime prisional (e não o condenado), o insolvente civil e a massa falida, em face da universalidade dos juízos”.

⁵⁰ MONTEIRO, Washigton de Barros. **Curso de direito civil**. São Paulo: Saraiva, 1999. p. 57.

⁵¹ PARIZATTO, João Roberto. op. cit. p. 13.

⁵² CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 47.

⁵³ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p. 105.

Considerando-se que a instituição de juízo arbitral pressupõe a disponibilidade do direito, não podem instaurar processo arbitral aqueles que tenham apenas poderes de administração, bem como os incapazes, ainda que representados ou assistidos. Isso significa que o inventariante do espólio e o síndico do condomínio não podem, sem permissão, submeter demanda a julgamento arbitral.

Como se vê, os entes despersonalizados podem valer-se da arbitragem, desde que tenham capacidade de ser parte e de estar em juízo, nada impedindo que disponham de seus direitos.

Clovis Gorczewski, embasando-se em Paulo Furtado e Uadi Lammêgo Bulos, afirma que às pessoas capazes de contratar é facultada fazer-se representar ou assistir. Considerando a capacidade que as partes precisam apresentar para constituir uma instância arbitral, a representação que a lei faculta é a que se formaliza através do preposto, assim como o assistente será aquele capaz de colaborar com a parte.⁵⁵

Afirma ainda com propriedade que, “só os absolutamente capazes podem usar o juízo arbitral. É defeso aos relativa ou absolutamente incapazes optarem pela arbitragem, mesmo que assistidos ou representados.”⁵⁶

3.2 DO OBJETO LITIGIOSO

Não basta a capacidade para comprometer um litígio perante árbitros: é necessário ainda que a desavença diga respeito a direito patrimonial disponível.

A arbitragem poderá ser utilizada para dirimir unicamente litígios relativos a direitos patrimoniais disponíveis, considerados aqueles sobre os quais as partes podem dispor através de um negócio jurídico. Estão excluídas, pois da esfera particular do indivíduo não comporta o texto legal, qualquer exceção.

Diz-se que um direito é disponível quando ele pode ser ou não exercido livremente pelo seu titular, sem que haja norma cogente impondo o cumprimento do preceito, sob pena de nulidade ou anulabilidade do ato praticado com sua infringência.⁵⁷

⁵⁴ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p. 106.

⁵⁵ GORCZEWSKI, Clovis. op. cit. pp. 70 e 71.

⁵⁶ Ibidem. p 71.

Direitos patrimoniais devem ser entendidos como aqueles que possuem por objeto um determinado bem, inerente ao patrimônio de alguém, tratando-se de bem que possa ser apropriado ou alienado. Patrimônio indica o complexo de bens, materiais ou não, direitos, ações, posse e tudo o mais que pertença a uma pessoa ou empresa e seja suscetível de apreciação econômica. Não se fez restrição sob quais seriam os direitos patrimoniais, pelo que é de se entender que os direitos patrimoniais relativos a imóveis, móveis, semoventes, etc., podem ser objeto de arbitragem, dentre outros.⁵⁸

Os direitos a serem objeto de arbitragem devem ser suscetíveis de livre disposição pelas partes. Os direitos tidos como indisponíveis são os impossíveis de serem vendidos, doados, cedidos, negociados, serão assim insuscetíveis de arbitragem.

Sérgio Sahione Fadel⁵⁹ escreveu que

O juízo arbitral é um compromisso, que pode ser celebrado, por escrito, entre pessoas capazes de contratar, as quais, para resolverem entre si as pendências, seja judiciais seja extrajudiciais, concernentes a direitos patrimoniais de qualquer valor, se louvam em árbitros. Requisito indispensável à aceitação e à possibilidade da instituição do juízo arbitral e que se trate de pendência acerca de direitos patrimoniais transacionáveis. Não direitos personalíssimos ou de outras espécies não abrangidas naquele gênero.

De maneira geral, não estão no âmbito do direito disponível as questões relativas ao direito de família, e em especial ao estado das pessoas, como filiação, poder familiar, casamento, alimentos, aquelas atinentes ao direito de sucessão, as que têm por objeto as coisas fora do comércio, as obrigações naturais, as relativas ao direito penal, entre tantas outras, já que ficam estas matérias todas fora dos limites em que pode atuar a autonomia da vontade dos contendentes.

Nesse mesmo sentido, Carlos Alberto Carmona acrescenta que

Estas constatações não são suficientes, porém para excluir de forma absoluta do âmbito da arbitragem toda e qualquer demanda que tanja o direito de família ou o direito penal, pois as consequências patrimoniais tanto num caso como noutro podem ser objeto de solução extrajudicial. Dizendo de outro modo, se é verdade que uma demanda que verse sobre o direito de prestar e receber alimentos trata de direito indisponível, não é menos verdadeiro que o quantum da pensão pode ser livremente pactuados pelas partes (e isto torna arbitrável esta questão); da mesma forma, o fato caracterizador de conduta antijurídica típica deve ser apurado exclusivamente pelo estado, sem prejuízo de as partes levarem à solução arbitral a responsabilidade civil decorrente de ato delituoso.

⁵⁷ LIMA, Alcides de Mendonça. **Dicionário do código de processo civil brasileiro**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986, p. 225.

⁵⁸ PARIZATTO, João Roberto. op. cit. p. 16.

⁵⁹ PARIZATTO, João Roberto apud FADEL, Sergio Sahione. op. cit. p. 16.

Tratando de litígio de natureza trabalhista, duas situações fáticas deverão ser distinguidas, quais sejam, aquelas que envolvem relações individuais e coletiva. No tocante a esta última, não pairam maiores dúvidas, em face do texto expresso da Constituição Federal que admite às partes litigantes a eleição de árbitros, quando frustrada a tentativa de negociação coletiva (art. 114, § 1º).⁶⁰ Nesses casos, portanto, a regra é a busca da solução do conflito por intermédio da jurisdição pública com a competência em matéria de trabalho e, “recusando-se qualquer das partes à negociação ou à arbitragem é facultado aos respectivos sindicatos ajuizar dissídio coletivo, podendo a Justiça do Trabalho estabelecer normas e condições, respeitadas as disposições convencionais e legais mínimas de proteção ao trabalho” (§ 2º, do art. 114).

Analisando a hipótese de conflito trabalhista de caráter individual, sob o prisma da disponibilidade ou indisponibilidade do respectivo direito, Figueira Junior preleciona que “o direito decorrente das relações de trabalho são para o empregado indisponível, no sentido de que não pode renunciá-lo”. Entretanto, afirma ainda que “a autocomposição é muito utilizada, aparecendo a transação como forma viável e muito difundida para dirimir conflitos perante a Justiça especializada.”⁶¹

Muitos estudiosos sustentam que a arbitragem é incompatível com o processo trabalhista brasileiro, pois a submissão do trabalhador à decisão arbitral significaria deixar o empregado à mercê do empregador, tornando sem sentido o caráter protetivo do direito do trabalho.

Confirmando tal entendimento, Clovis Gorcevski,⁶² declara que “a incidência da arbitragem em matéria trabalhista não está contemplada na lei de arbitragem, e as demais referências legislativas também são breves”.

É doutrina predominante o entendimento de que os direitos trabalhistas não comportariam renúncia nem transação, sob pena de afronta ao disposto no art. 444, da Consolidação das Leis do Trabalho. Carmona⁶³ ressalta que, em consequência, a doutrina dominante acaba sustentando uma ordem protecionista das regras inseridas na Consolidação das Leis do Trabalho, levando a crer serem indisponíveis os direitos ali regulados, impedindo assim a utilização da arbitragem.

⁶⁰ FIGUEIRA JUNIOR. op. cit. pp. 112 e 113.

⁶¹ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p. 113.

⁶² GORCEVSKI, Clovis. op. cit. p. 72.

⁶³ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 40.

No pensamento de Franco Filho⁶⁴ há possibilidade de solucionar questões trabalhistas através da arbitragem, preconizando legislação diferenciada, levando em conta, de forma mais acentuada, a diversidade do direito material controvertido.

Ainda, quanto aos conflitos individuais, Carmona escreve:

[...] embora não se deixe de reconhecer o caráter protetivo do direito laboral, é fato incontestável que nem todos os direitos inseridos na Consolidação das Leis do Trabalho assumiriam a feição irrenunciável pregada pela doutrina especializada mais conservadora: se assim não fosse, não se entenderia o estímulo sempre crescente à conciliação (e à conseqüente transação), de tal sorte que parece perfeitamente viável solucionar questões trabalhistas que envolvam direitos disponíveis através da instituição do juízo arbitral.⁶⁵

Carmona ainda reforça citando a experiência do Núcleo Intersindical de Conciliação Trabalhista Rural:

Na cidade de Patrocínio, Minas Gerais, levou-se a cabo a experiência bem sucedida de solução extrajudicial de controvérsias, através de ação conjunta dos sindicatos, com o apoio da Junta de Conciliação e Julgamento local. A interação destes órgãos resultou em interessante conselho de mediação que, na hipótese de não conseguir levar as partes a um acordo, permite a solução arbitral do litúgio através de um conselho de arbitragem, sendo o laudo homologado imediatamente pelo juiz presidente.⁶⁶

O procedimento supracitado, entretanto, foi criado antes do advento da nova lei de arbitragem.

Portanto, vê-se que a disponibilidade do direito é requisito essencial para a definição do objeto da arbitragem. Assim, se durante a arbitragem surgir controvérsia sobre a disponibilidade do direito, o procedimento arbitral deverá ser suspenso. Nesse caso, segundo determina o artigo 25 da Lei da Arbitragem, o árbitro remeterá as partes à autoridade competente do Poder Judiciário suspendendo o procedimento arbitral. Definida a questão a arbitragem retorna ao seu curso normal.

3.3 Da convenção arbitral

A nova lei de arbitragem tratou, no mesmo capítulo, da cláusula compromissória e do compromisso arbitral, sob a denominação conjunta de convenção de arbitragem.

⁶⁴ FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. **A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho**. São Paulo: LTR, 1997. pp. 22 e 73.

⁶⁵ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 51.

⁶⁶ Ibidem. p. 51.

A arbitragem inicia-se por uma convenção arbitral, em que as partes interessadas poderão valer-se desse instituto para dirimir os conflitos relativos a seus direitos.⁶⁷

Designada de “fase contratual” por Tânia Lobo Muniz⁶⁸ é nessa fase que as partes contratarão a arbitragem, através da convenção arbitral, que abrange desde o pacto de obrigarse a utilização da via para solução de conflitos, até a estipulação das normas que irão reger o juízo arbitral, a definição do conflito e a nomeação dos árbitros.

A lei de arbitragem eleva essa forma de solução de conflitos à condição de um instituto jurídico, segundo a exegese do artigo 3º da Lei de Arbitragem, que dispõe: “As partes interessadas podem submeter à solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.”⁶⁹

⁶⁷ MUJALLI, Walter Brasil. op. cit. p. 26.

⁶⁸ MUNIZ, Tânia Lobo. op. cit. p. 85.

⁶⁹ LENZA, Vítor Barboza. **Cortes arbitrais (CA)**. Goiânia: AB, 1997. p. 151.

4. DA CONVENÇÃO DE ARBITRAGEM NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

A convenção de arbitragem, juridicamente válida, é o elemento indispensável para a instituição de um tribunal arbitral e sua competência no julgamento de uma lide. Quando refere-se a uma lide futura, decorrente de determinada relação jurídica, entre duas partes, mormente de natureza contratual, a convenção é denominada cláusula compromissória. Se, entretanto, a convenção de arbitragem estiver relacionada à lide já existente, costuma-se falar em compromisso arbitral.⁷⁰

Até o advento da referida lei somente o compromisso arbitral poderia instituir o juízo arbitral. A cláusula compromissória, sempre tida como mero *pacto de contrahendo*, não servia para afastar a competência do juiz togado, e muito menos poderia instituir o juízo arbitral: quando muito, serviria para obrigar a parte renitente a celebrar o compromisso arbitral, daí seu inafastável caráter de pré-contrato, que para muitos não gerava efeito algum.⁷¹

Carmona,⁷² resume que a convenção de arbitragem tem um duplo caráter: como acordo de vontades, vincula as partes no que se refere a litígios atuais ou futuros, obrigando-as, reciprocamente, à submissão ao juízo arbitral; como pacto processual, seus objetivos são os de derrogar a jurisdição estatal, submetendo as partes à jurisdição dos árbitros. Portanto, basta a convenção de arbitragem para afastar a competência do juiz togado, sendo irrelevante estar ou não instaurado o juízo arbitral.

Assim, necessário se faz definir convenção de arbitragem, conhecer sua origem no ordenamento brasileiro e assinalar os seus efeitos.

⁷⁰ RECHESTEINER, Beat Walter. Arbitragem privada internacional no Brasil, depois da nova lei 9.307, de 23.09.1996: teoria e prática. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997. p. 49.

⁷¹ CARMONA, Carlos Alberto. **Arbitragem e processo**: um comentário à Lei 9.307/96. p. 71.

⁷² Ibidem. p. 71.

4.1 DEFINIÇÃO

O artigo 3º da Lei n. 9.307, de 23 de setembro 1996, preceitua “As partes interessadas podem submeter à solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.”

Logo, se as partes escolherem que seus conflitos de interesses serão resolvidos pela arbitragem, terão que celebrar a Convenção Arbitral.

A Lei n. 9.307/96 não define a Convenção Arbitral, cabendo então, aos doutrinadores, às outras legislações e aos tratados internacionais, defini-la, tendo em vista, principalmente, a lei espanhola, a convenção de Nova York e a do Panamá e a lei modelo da UNCITRAL.

Para José Eduardo Carreira Alvim, “a convenção de arbitragem é expressão da vontade das partes interessadas, manifestada numa mesma direção, de se socorrerem da arbitragem para a solução dos seus (virtuais ou reais) litígios.”⁷³

José de Albuquerque Rocha a define como “o acordo escrito através do qual as partes se obrigam a submeter seus litígios civis, atuais ou futuros, ao juízo arbitral.”⁷⁴

A Lei da Arbitragem espanhola, no art. 91 preceitua que:

O convênio arbitral, que poderá adotar a forma de cláusula incorporada a um contrato ou de acordo independente, deverá expressar a vontade das partes em submeter à arbitragem todas ou algumas das controvérsias que hajam surgido ou que possam surgir a respeito de uma determinada relação jurídica, contratual ou não-contratual.

A convenção Interamericana sobre Arbitragem Comercial Internacional (Convenção do Panamá de 1975) pelo art. 1º arrazoa sobre a convenção de arbitragem

É válido o acordo das partes em virtude do qual se obrigam a submeter à decisão arbitral as divergências que possam surgir ou que hajam surgido entre elas com relação a um negócio de natureza contratual. O respectivo acordo constará de documento assinado pelas partes, ou de troca de cartas, telegramas ou comunicações por telex.

⁷³ ALVIM, José Eduardo Carreira. op. cit. p. 18.

⁷⁴ ROCHA, José de Albuquerque. **A lei de arbitragem**. São Paulo: Malheiros, 1998. p. 43.

A Convenção de Nova York, que foi ratificada pelo Brasil e promulgada pelo Decreto 4.311/02, revela no art. II, 1 que

Cada Estado contratante reconhece a Convenção escrita pela qual as partes se comprometem a submeter a uma arbitragem todos os litígios ou alguns deles que surjam ou possam surgir entre elas relativamente a uma determinada relação de direito, contratual ou não contratual, respeitante a uma questão susceptível de ser resolvida por via arbitral.

A Lei-Modelo da UNCITRAL (Comissão das Nações Unidas para o desenvolvimento do comércio internacional sobre arbitragem comercial internacional), no seu artigo 7º refere-se à expressão “mediante convenção de arbitragem”, dando a noção de seu significado.⁷⁵

Art 7º “Convenção de arbitragem” é uma convenção pela qual as partes decidem submeter à arbitragem todos ou alguns dos litígios surgidos ou a surgir entre elas com respeito a uma determinada relação jurídica, contratual ou extracontratual. Uma convenção de arbitragem pode revestir a forma de uma cláusula compromissória num contrato ou a de uma convenção autônoma.

Todas as definições apresentadas demonstram que a convenção de arbitragem é utilizada para estabelecer a arbitragem para conflitos de interesse atual ou futuro relativo à determinada relação jurídica contratual ou não.

No Brasil, ela terá que ser escrita e não poderá ser genérica, conforme dito, ou seja, as pessoas não podem acordar em submeter à arbitragem todas as controvérsias de forma geral e indeterminada, pois o objeto da arbitragem, além de só poder ser direito patrimonial disponível, tem que estar ligada a uma relação jurídica determinada.

Também é autônoma, juridicamente, perante a relação jurídica a que se vincula, pois sua validade jurídica obedece a requisitos legais específicos e regula objetos distintos. Destarte, a nulidade da relação jurídica a que subordina não conduz, automaticamente, à nulidade da convenção de arbitragem. Apesar disso, é acessória, uma vez que não existe por si mesma, estando sua existência subordinada a outra relação jurídica, a qual, se extinguindo também extinguirá a convenção arbitral.⁷⁶

E, de acordo com o art. 8º, parágrafo único da Lei n. 9.307/96:

⁷⁵ STRENGER, Irineu. **Comentários à lei brasileira de arbitragem**. São Paulo: LTr, 1998. p. 35.

⁷⁶ MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. op. cit. p. 151.

Caberá ao árbitro decidir de ofício, ou por provocação das partes, as questões acerca da existência, validade e eficácia da convenção de arbitragem e do contrato que contenha a cláusula compromissória.

Sua validade, por sua natureza contratual, depende do preenchimento dos requisitos essenciais aos contratos, respeitadas as especificidades relativas a ela, tais como a capacidade das partes, livre manifestação de vontade que, na arbitragem, deve ser expressa, objeto lícito (necessariamente o objeto do litígio deve ser direito disponível e transacionável) e forma não defesa ou prescrita em lei a qual exige seja firmada a convenção por escrito.⁷⁷

Trata-se, pois, de um contrato. Aliás, a própria palavra convenção tem esse significado, conforme conceitua Iêdo Batista Neves: “diz-se do acordo bilateral ou multilateral de vontades, para produzir um efeito jurídico. O mesmo que contrato.”⁷⁸

A convenção de arbitragem faz com os juízes e tribunais tornem-se incompetentes para a resolução das questões litigiosas e estabelece que a lide será resolvida pela arbitragem.

4.2 BREVE HISTÓRICO

No Brasil, a Convenção Arbitral sempre esteve regulamentada, estando prevista nas Ordenações Filipinas, na Constituição de 1824, no Código Comercial, no Regulamento 737 e 1850, no Decreto 3.900 de 1867, na Consolidação das Leis Civis, no Código Civil, na maioria dos códigos de processo dos estados, no Código de Processo Civil de 1939, no Código de Processo de 1973, na Lei n. 9.307/96 e no Código Civil de 2002. Logo, a história da Convenção Arbitral se confunde com a da Arbitragem, já que é através dela que se institui o juízo arbitral.

Aliás, conforme dito, constituindo a arbitragem uma faculdade para as partes, haverá a convenção, pois é nela que será regulado todo o procedimento arbitral.

Até o advento da Lei n. 9.307/96 o compromisso arbitral era o único capaz de instituir o juízo arbitral, sendo que os efeitos jurídicos da cláusula compromissória e do compromisso arbitral variavam entre pólos opostos, pois a cláusula compromissória não tinha eficácia obrigacional.

Foi no Decreto n. 3.900 de 1967, que a expressão “clausula compromissória”, pela primeira vez, foi inserida expressamente no direito brasileiro. Estabelecia o art. 9º que:

⁷⁷ MUNIZ, Tânia Lobo. op. cit. p. 86

⁷⁸ NEVES, Iêdo Batista. **Vocabulo prático de tecnologia jurídica e de brocardos latinos**. Ed. APM. Rio de Janeiro, 1987.

[...] a cláusula compromissória sem a nomeação de árbitros, ou relativas a questões eventuais (futuras) não vale senão como promessa e fica dependente para a sua perfeição e execução de novo e especial acordo das partes, não só sobre os requisitos do art. 8º senão também sobre as declarações do art. 10º.

Este dispositivo influenciou a legislação, doutrina e jurisprudência posteriores. Assim, nenhuma coercitividade poderia imprimir, porque a obrigação assumida na cláusula compromissória se mostrava ineficaz, já que, era mera promessa, a depender, para sua perfeição e execução, de novo e especial acordo das partes. Logo, para alguns doutrinadores, a exemplo de Waldemar Ferreira⁷⁹, esse instituto era um *caput mortum*, pois não produzia efeito jurídico algum.

4.3 EFEITOS

A convenção de arbitragem decorrente de cláusula contratual expressa e escrita tem por finalidade gerar entre os contratantes o compromisso inarredável de submeterem-se à jurisdição arbitral a solução dos conflitos que porventura venham a surgir como decorrência do contrato principal entre eles firmado, de maneira a excluir terminantemente a busca da tutela pretendida a ser conferida pelo Estado-Juiz.⁸⁰

Carmona⁸¹ confirma que tanto a cláusula compromissória como o compromisso “[...] produzem o mesmo efeito de retirar do juiz estatal a competência para conhecer de um determinado litígio, dando margem à solução arbitral do litígio.”

Surgindo a lide como resultante de conflito oriundo da relação contratual, duas circunstâncias poderão advir: as partes em comum acordo decidem instituir o juízo arbitral para a composição do litígio ou, não havendo acordo, o interessado manifestará formalmente ao outro sua intenção de iniciar a arbitragem, o que poderá ser feito por via postal ou qualquer outro meio idôneo de comunicação, convocando-a para firmarem o compromisso arbitral em dia, hora e local previamente determinados (art. 6º da Lei n. 9.307/96).

Em qualquer das formas de comunicação, imprescindível se torna que o interessado utilize-se de mecanismos hábeis e a assegurar o recebimento da correspondência. Para tanto, se usado a via postal, o sistema a ser utilizado deverá ser o de aviso de recebimento pelo regime de mão própria. Isso porque não basta a simples chegada da correspondência ao

⁷⁹ MAGALHÃES, Rodrigo de Almeida apud PIMENTEL, Álvaro Mendes. Op. cit. p. 158.

⁸⁰ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. Op. cit. p. 119.

⁸¹ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 73.

endereço certo. Mister se faz que a outra parte contratante tome efetivamente ciência da formalização da intenção manifestada.

A parte convocada poderá comparecer e recusar-se a firmar o compromisso arbitral ou, simplesmente, deixar de atender a convocação. Em qualquer das duas situações, o interessado ajuizará demanda judicial perante o juízo que, originariamente, seria competente para conhecer e solucionar o conflito. A fim de obter a lavratura do compromisso arbitral da parte (parágrafo único, art. 6º).

Está-se diante da obrigação de fazer assumida pelo outro contratante ao firmar a cláusula compromissória de submeterem o litígio à apreciação da jurisdição privada. Esta é uma das hipóteses em que as partes não podem afastar a jurisdição estatal.⁸²

Não cumprida espontaneamente a cláusula, o interessado ajuizará ação perante o juiz que seria competente para conhecer da lide principal, comprovando preliminarmente o requisito mencionado, além das demais condições da demanda válida e pressupostos processuais, aos quais o autor sempre está subordinado.⁸³

Não caberá ao Estado-juiz decidir acerca da existência, validade ou eficácia da convenção de arbitragem ou do contrato que contenha a cláusula compromissória. Somente ao árbitro ou tribunal arbitral compete o conhecimento destas matérias, seja de ofício ou mediante provocação de qualquer das partes (art. 8º, parágrafo único, da mencionada Lei).

4.4 DA CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A cláusula compromissória pode ser inserida nos contratos conforme a vontade das partes, onde convencionam e se comprometem a submeter à jurisdição privada os litígios porventura surgidos e decorrentes do próprio contrato em questão (art. 4)

As divergências doutrinárias sobre a obrigatoriedade ou não do juízo arbitral pela assinatura da cláusula compromissória ficaram agora definitivamente resolvidas pela clareza e inteligência dos artigos 3º e 4º da Lei de arbitragem, que torna obrigatória a arbitragem quando esta é firmada pelas partes.

⁸² FIGUEIRA JUNIOR. op. cit. p. 120.

⁸³ FIGUEIRA JUNIOR, Joel Dias. op. cit. p. 120.

Art. 3º As partes interessadas podem submeter à solução de seus litígios ao juízo arbitral mediante convenção de arbitragem, assim entendida a cláusula compromissória e o compromisso arbitral.

Art. 4º A cláusula compromissória é a convenção através da qual as partes em um contrato comprometem-se a submeter à arbitragem os litígios que possam vir a surgir, relativamente a tal contrato.

Sugere-se que, ao tempo da lavratura de qualquer contrato, as partes façam inserir uma cláusula compromissória, a qual obrigará os contratantes a resolverem suas futuras pendências pelo juízo arbitral.⁸⁴

4.5 DO COMPROMISSO ARBITRAL

Conforme dito, a Lei n. 9.307/96 define o compromisso arbitral em seu art. 9º “O compromisso arbitral é a convenção através da qual as partes submetem um litígio à arbitragem de uma ou mais pessoas, podendo ser judicial ou extrajudicial.”

O compromisso arbitral será judicial quando instaurado perante o Estado-juiz, em razão de demanda fundada no art. 7º da Lei 9.307/96 ou porque no decorrer do processo principal de conhecimento as partes, em comum acordo, resolveram extingui-lo, sem o julgamento do mérito, para instauração da arbitragem, conforme dispõe o art. 267, VII, do Código de Processo Civil.

Será extrajudicial, quando as partes, sem a intervenção do juiz, estabelecerem o compromisso arbitral. Não existe, ainda, demanda judicial. Por sua vez o compromisso extrajudicial celebrar-se-á por escrito particular, firmado pelas partes e duas testemunhas, ou por instrumento público (art.9º, § 2º).

Washington de Barros Monteiro⁸⁵ esclarece que

Através do compromisso, insistam-se, as partes submetem a juízes privados de suas escolha, e que se denominam árbitros, seus conflitos de interesses. Os juízes togados são afastados, a justiça comum é arredada, confiando-se a prestação jurisdicional a juízes particulares, livremente escolhidos pelas próprias partes.

Conforme dispõe o art. 10, são requisitos obrigatórios que deverão constar do compromisso:

I - o nome, profissão, estado civil e domicílio das partes;

⁸⁴ LENZA, Vítor Barboza. op. cit. p. 55.

⁸⁵ PARIZATTO, João Roberto apud MONTEIRO, Washington de Barros. op. cit. p. 38.

- II – o nome, profissão e domicílio do árbitro ou dos árbitros, ou, se for o caso, a identificação da entidade arbitral à qual as partes delegaram a indicação de árbitros;**
- III - a matéria que será objeto da arbitragem;**
- IV - o lugar em que será proferida a sentença arbitral.**

O legislador apontou no dispositivo citados os requisitos essenciais do compromisso, relacionando no artigo subsequente os elementos facultativos.

Tratando-se de ato solene, a falta de qualquer um dos dados relacionados nos quatro incisos do artigo resultará, em princípio, na nulidade do negócio jurídico de compromisso.⁸⁶

A Lei n. 9.307/96 revela o interesse do legislador de evitar nulidades do compromisso com excesso de formalismo. Por isso mesmo afirma Carmona que

[...] a interpretação dos incisos deverá ser feita tendo-se em conta que os árbitros, em caso de dúvida, devem valer-se do adendo de que trata o art. 19, parágrafo único, sendo de decretar-se a nulidade do pacto apenas em caso de total impossibilidade de depreender-se e delimitar-se razoavelmente a vontade dos compromitentes. Em outros termos: há de imperar em caso de dúvida quanto ao preenchimento dos elementos do compromisso o princípio da salvação do pacto.⁸⁷

São ainda requisitos do compromisso arbitral, porém dispensáveis ou facultativos, conforme o art. 11

- a) indicação do local ou locais onde a arbitragem se desenvolverá;
- b) a autorização para que o árbitro ou o tribunal arbitral julgue por equidade, se assim convencionarem; na omissão, presume-se que a arbitragem será apenas de direito (art. 2º)
- c) o prazo para oferecimento da sentença arbitral. Nada sendo convencionada a esse respeito, o prazo para apresentação da sentença é de seis meses, contado da instituição da arbitragem ou da substituição do árbitro (art. 23 da Lei retrocitada)
- d) a indicação da lei nacional ou das regras corporativas aplicáveis à arbitragem, quando assim convencionarem as partes;
- e) a declaração da responsabilidade pelo pagamento dos honorários e das despesas com a realização da arbitragem.
- f) Se a fixação dos honorários ocorrer no compromisso arbitral, este se constituirá em título executivo extrajudicial. Não havendo essa estipulação, o árbitro requererá ao órgão

⁸⁶ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 134.

⁸⁷ CARMONA, Carlos Alberto. op. cit. p. 135.

do Poder Judiciário que seria competente para julgar a causa, originariamente, que os fixe por sentença.

O art. 11 da Lei em questão traz as disposições facultativas que poderão constar do compromisso arbitral. Tratando-se de faculdade, tem-se que a falta de uma ou mais das condições estabelecidas no dispositivo citado, será causa de nulidade do compromisso, valendo o mesmo desde que os requisitos constantes do artigo anterior.

O art. 12 do mesmo diploma legal relaciona as causas extintivas do compromisso arbitral:

- a) escusa de qualquer dos árbitros, antes de aceitar a nomeação e desde que as partes tenham expressamente declarado não aceitar nenhum substituto;
- b) quando as partes declararem expressamente não aceitar as substituições do árbitro ou árbitros e no decorrer do processo um deles tenha falecido ou ficado impossibilitado de proferir o seu voto;
- c) quando expirado o prazo concedido para a prolação da sentença e desde que o interessado tenha notificado o árbitro ou o presidente do tribunal arbitral, concedendo-lhe o prazo de dez dias para a prolação e publicação da sentença arbitral.

Parizatto explica que

Na hipótese de escusa de qualquer dos árbitros, independentemente do motivo, antes de aceitar a nomeação, quando as partes por ocasião da convenção da arbitragem tenham estabelecido, de forma expressa, não aceitar substituto para proceder a arbitragem, ocorrerá a extinção do compromisso arbitral. A escusa indica que o árbitro não irá funcionar, pedindo esse sua dispensa para tal encargo [...]

E ainda

Falecendo ou ficando impossibilitado de dar seu voto algum dos árbitros, ocorrerá a extinção do compromisso arbitral, desde que as partes declarem expressamente, não aceitar substituto. Nesse caso, o falecimento ou a impossibilidade do árbitro ocorre posteriormente, devendo então as partes se manifestarem a respeito da substituição do árbitro falecido ou impossibilitado de dar seu voto. Não havendo concordância com a substituição, ocorrerá a extinção do compromisso arbitral.⁸⁸

O art. 11, III, da Lei n. 9.307/96, permite a estipulação de um prazo para a apresentação da sentença arbitral. Somente decorrido tal prazo, ciente o notificado, é que ocorrerá a respectiva extinção do compromisso arbitral.

⁸⁸ PARIZATTO, João Roberto. op. cit. p. 46.

5. DA POSSIBILIDADE DA APLICAÇÃO DA ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES LABORAIS

5.1 – A ARBITRAGEM NAS RELAÇÕES LABORAIS NO BRASIL

5.1.1– A arbitragem dos conflitos coletivos de trabalho

A arbitragem de conflitos coletivos de trabalho, encontra-se autorizada nos §§1º e 2º do art. 114 da constituição federal, nos seguintes termos:

§1º frustrada a negociação coletiva, as partes poderão eleger árbitros.

§ 2º recusando-se qualquer das partes na negociação coletiva ou a arbitragem, é facultado às mesmas, de comum acordo, ajuizar dissídio coletivo de natureza econômica, podendo a Justiça do Trabalho decidir o conflito, respeitadas as disposições mínimas legais de proteção ao trabalho, bem como as convencionadas anteriormente .⁸⁹

O preceito constitucional tem eficácia imediata pois a arbitragem a que alude já encontrava regulamentação suficiente no código de processo civil de 1973, e ficou ainda melhor após a edição da lei nº 9.307/96, que a modernizou e desburocratizou.

Quanto à possibilidade de imediata utilização da via arbitral nas relações coletivas, Octavio Bueno Magano preceitua: “no que concerne a aplicabilidade da arbitragem aos conflitos coletivos, o terreno já se encontra inteiramente aplainado, tendo em vista o preceituado no artigo 114, §2º CF.⁹⁰

A arbitragem também foi prevista na lei nº 7.783, de 28 de junho de 1989, que regulamentou o direito de greve. Nela há duas referências à arbitragem: o art. 3º prevê que a

⁸⁹ Conforme redação dada pela Emenda Constitucional n. 45 de 8 de dezembro de 2004

⁹⁰ MAGANO, Octávio Bueno. **Solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas**. In ZAINAGHI, Domingos Sávio; FREDIANI, Yone. Novos rumos do Direito do Trabalho na América Latina. São Paulo: LTr. 2003.p. 104.

greve pode ser deflagrada caso “Tenha sido frustrada negociação ou verificada a impossibilidade de recurso via arbitral”, e o art. 7º remete à regulamentação das relações obrigacionais no curso da greve, ao que for determinado por “Acordo, convenção, laudo arbitral ou decisão da justiça do trabalho.”

Também pode a arbitragem ser utilizada para dirimir impasses envolvendo a participação nos lucros ou resultados, conforme prevê a lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, na modalidade ofertas finais.

Para Amaury Mascaro Nascimento, arbitragem referida na constituição federal de 1988 :

[...]existe unicamente quando ambas as partes se dispõe a admiti-la; é privada, porque não se desenvolve perante a jurisdição; é uma alternativa para o dissídio coletivo, uma vez que o seu exercício tem exatamente a finalidade de substituí-lo, de modo que havendo arbitragem as partes não podem ajuizar dissídio coletivo sobre a mesma questão. Tem natureza jurídica não de pressuposto processual do dissídio coletivo, mais de equivalente jurisdicional.

A negociação coletiva ou a arbitragem, tem sido consideradas, pela jurisprudência, requisito necessário para a deflagração de greves, conforme o exemplifica a seguinte ementa:

O direito de greve assegurado pelo artigo 9º, da Constituição 5 de outubro de 1988 é amplo, e não restrito, nem limitado. À greve deve preceder sempre uma negociação e, eventualmente, a busca da arbitragem. Inteligência e aplicação do artigo 114 da Constituição Federal. Acordam número 2.012, Proc. nº 13/87, Tribunal Pleno, relator ministro Almir Pazzianotto Pinto, publicada no Diário da Justiça de 10/3/89, p. 3.089.

No que tange às greves, sabe-se que as soluções devem ser imediatas, céleres e preponderadamente negociais, pois geram indesejada conturbação no seio da sociedade e nem sempre encontram no poder normativo do judiciário o melhor remédio para os impasses que as motivaram. Ao elencar a arbitragem como modalidade privilegiada de solução de conflitos e, no mesmo nível da negociação coletiva, certamente pautou-se o legislador constituinte em algumas das qualidades da arbitragem, como a rapidez na entrega das suas decisões, a irrecorribilidade e a natureza pacificatória, atributos que na maior parte das vezes proporcionou melhores condições para obtenção de soluções mais eficazes ou até conciliadas.

Os comandos contidos nos incisos VI, XIII e XIV da Constituição Federal revelam a possibilidade da modificação *in pejus* de direitos dos mais sensíveis aos trabalhadores, quais

⁹¹ NASCIMENTO, Amaury Mascaro. **Curso de direito processual do trabalho**. 19ªed., São Paulo: Saraiva, 1999, p.604.

sejam: o salário, jornada de trabalho e o regime de turnos ininterruptos de revezamento, através da negociação coletiva. Conquanto podem ser tratados como exceções à regra geral da irrenunciabilidade, revela o quão profundamente são os direitos trabalhistas atingidos pela disponibilidade, quando presente o sindicato dos trabalhadores.

Márcio Yoshida preceitua:

Cumpre-nos também destacar que nos termos do §2º do artigo 114 da constituição federal, com a redação conferida pela emenda constitucional nº 45 de 8 de dezembro de 2004, a arbitragem e a negociação coletiva devem preceder os dissídios coletivos de natureza econômica, para dizer, destinam-se à solução de conflitos de natureza estritamente patrimonial.⁹²

No mesmo diapasão, Amaury mascaro preceitua:

O novo § 2º do artigo 114, de fato, somente se reporta à arbitragem de dissídios coletivos de natureza econômica, notadamente contextualizada como condição da ação judicial ao lado da negociação coletiva.

Tanto a negociação coletiva como a busca da solução arbitral, devem ser, obrigatoriamente, buscadas pelas partes antes de ingressar com ação judicial, em se tratando de dissídios coletivos de natureza econômica. Nos de natureza jurídica podem as partes ajuizar ação independente daquelas medidas, não significando, todavia, que sejam proibidas ou exista qualquer incompatibilidade com essa modalidade de dissídio, que deve se revestir de cunho patrimonial disponível.⁹³

Ainda Marcio Yoshida apud Wilson Ramos Filho na sua paradigmática obra sobre a arbitragem de conflitos coletivos de trabalho:

No campo das relações coletivas de trabalho, o desafio está precisamente na capacidade de nossa sociedade em criar as condições para, sem o desaparelhamento do Estado, ampliar tais espaços públicos não estatais, em que as soluções dos conflitos assegurem a plena efetividade da Constituição e em que os atores sociais possam exercer livremente suas autonomias privada e coletiva, não só para criar as normas coletivas, mas também para resolver os conflitos que lhe são iminentes.

Todavia, para extrair de uma lei feita sob encomenda e plenamente adaptada ao ideário neoliberal outro significado e possibilidades, será, sem dúvida, necessário alterar-se a atual correlação de forças, pois o empresário brasileiro resistirá a tanto, visto que para ele a jurisdição Estatal Trabalhista atende aos seus interesses.⁹⁴

⁹² YOSHIDA, Marcio. **Arbitragem Trabalhista**. São Paulo: LTr. 2006. p. 104

⁹³ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. Ibid. p. 608

⁹⁴ Id Ibid. p. 105

5.1.2 A arbitragem dos conflitos individuais de trabalho

Ao contrário da arbitragem coletiva, cuja positivação é ampla e conta com grande anuência doutrinária, a arbitragem no âmbito individual depara-se com muitas questões abertas e pouca concórdia quer na doutrina, quer na jurisprudência.

Veremos que existe previsão da arbitragem de conflitos individuais de trabalho no art. 83, inciso XI, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, que autoriza o Ministério Público do Trabalho a “atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho”.

Neste sentido, Marcio Yoshida leciona:

“O comando da lei complementar é inexorável, pois claramente autoriza a arbitragem facultativa de quaisquer dissídios trabalhistas, individuais ou coletivos, com a atuação do Ministério Público do Trabalho como árbitro.”⁹⁵

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, visando aumentar a atuação dos Procuradores do Trabalho na solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas, expediu a Resolução nº 32, de 20 de fevereiro de 1998, publicada no Diário da Justiça de 5 de março de 1998, propôs a regulamentação da atividade de mediação e arbitragem no seio do Ministério Público do Trabalho, tendo em vista a necessidade de se adequar a solução dos conflitos aos tempos de globalização e do Mercosul.

Temos também a lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993, que disciplina o regime jurídico da exploração dos portos, contemplando a arbitragem de conflitos de natureza individual envolvendo os trabalhadores portuários avulsos.

Conforme o art. 23 da lei em comento, a solução dos litígios decorrentes da aplicação das normas de gestão da mão-de-obra portuária devem ser resolvidos no âmbito de Comissão Paritária para esse fim constituída.

Havendo impasse as partes devem nomear árbitros que deverá utilizar a modalidade da arbitragem de ofertas finais.

5.2. OS “ENTRAVES” NA CONSTITUIÇÃO E NAS LEIS TRABALHISTAS

Algumas objeções tem sido lançadas na doutrina e na jurisprudência em desfavor da arbitragem de conflitos individuais de trabalho:

⁹⁵ YOSHIDA, Marcio. Ibid p. 106

a) Há corrente que diz ser a arbitragem inviável no Direito do Trabalho por serem as normas trabalhistas irrenunciáveis:

b) Alegam o desrespeito aos incisos XXXV e XXXVII do art. 5º da Constituição Federal;

c) Indicam também a omissão dos dois parágrafos do art. 114 da Constituição Federal, que somente fazem remissão à arbitragem de conflitos coletivos;

d) Acusam existir inafastável desequilíbrio de forças entre o empregador e o trabalhador tanto na celebração da convenção de arbitragem como na concretização do procedimento arbitral.

5.2.1 Quanto a questão da indisponibilidade do direito trabalhista

Há resistência por parte da doutrina e da jurisprudência trabalhistas em aceitar a arbitragem de dissídios individuais por serem os direitos trabalhistas irrenunciáveis.

A indisponibilidade do direito, seja trabalhista ou não,[...] [...], deve ser criteriosamente avaliada dentro do amplo contexto da dogmática e dos institutos que lhe pertinem, direta ou indiretamente, bem como cotejada com o tratamento que a legislação material e processual lhes confere.

Assim,[...] [...] resta saber como se resolvem, na seara trabalhista, a transação, a renúncia, a conciliação, a prescrição, a revelia e a confissão, entre outros tantos temas que merecem reflexão, e, em especial, o caráter publicista dos direitos trabalhistas.⁹⁶

Neste sentido, salienta ainda Iara Alves Cordeiro:

Tais direitos, que são indisponíveis, enquanto constituem obrigações de fazer ou não fazer, devem ser cumpridos, situação que ocorre durante a execução do contrato de trabalho. Quando são violados e sucede a extinção do pacto laboral, transformam-se tais direitos em meras indenizações, cuja expressão econômica integra o patrimônio do empregado.⁹⁷

Também não se quer admitir a renúncia prévia dessa gama de direitos de ordem pública absoluta, mas a sua disponibilidade depois de rescindido o contrato de trabalho, quando os grandes fantasmas da coação e da sobreposição do livre arbítrio do trabalhador pelo poder econômico do empregador já não se fazem onipresentes.

⁹⁶ YOSHIDA, Marcio. Ibid. p. 81

⁹⁷ PACHECO, Iara Alves Cordeiro. **Os direitos trabalhistas e a arbitragem**. São Paulo: LTr, 2003, p. 91.

5.2.2 Quanto a renúncia dos direitos trabalhistas

Dentro do direito do trabalho, a proibição da renúncia de direitos assumiu papel tão relevante que foi transformada e proclamada no princípio da irrenunciabilidade.

A renúncia é, grosso modo, a desistência unilateral de um direito por seu titular e encontra a objeção positivada no art. 9º da Consolidação das Leis do Trabalho. A nulidade de todos os atos praticados com o objetivo de desvirtuar, impedir ou fraudar a aplicação dos preceitos consolidados resulta, aprioristicamente, na impossibilidade do trabalhador renunciar a qualquer direito nele consagrado.

Marcio Yohida apud: “Estevão Mallet questiona se do referido dispositivo pode se concluir que os direitos trabalhistas são absolutamente indisponíveis. Responde negativamente, dizendo que a indisponibilidade absoluta não existe no campo trabalhista, caso contrário ‘nem a transação em juízo seria válida’”.⁹⁸

Marcio Yoshida em sua obra: arbitragem trabalhista, cita que Maria Regina Muniz Guedes Matta Machado se alinha com os que admitem a renúncia de alguns direitos trabalhistas, desde que a matéria seja criteriosa, afinal, como repelir que um dirigente sindical que requer livremente sua transferência para fora da sua base territorial na qual foi eleito não está renunciando, mesmo que tacitamente, à garantia de emprego legalmente concedida?”.⁹⁹

Verifica-se, pois, que a renúncia previa a contratação do empregado considera-se viciada, visto que a livre manifestação da vontade do trabalhador, antes de sua contratação, é prejudicada pela evidente inferioridade psicológica e econômica. O desequilíbrio de forças no momento da contratação é tão grande que impede admitir-se a renúncia antecipada de direitos trabalhistas.

Nesse sentido preleciona Marcio Yoshida:

A renúncia de direitos no curso do contrato de trabalho também não se admite como regra, mas apenas excepcionalmente. Não há de se falar que a inferioridade jurídica do empregado deixará de existir, mas devem ser sopesadas situações específicas de empregados com qualificação e especialização profissional diferenciadas, melhor discernimento intelectual, nível de escolaridade privilegiado e detentores de cargos estratégicos na hierarquia da empresa. A menor sujeição dessa classe de trabalhadores às pressões econômicas e à coação do empregador pode retirar a presunção apriorística do vício da manifestação de vontade.

⁹⁸ Id Ibid, p.85

⁹⁹ Id Ibid, p. 85

Faltaria tempo para se falar sobre renúncia referente a banco de férias, de horas, fracionamento, adiantamento e/ou acúmulo de férias pela conveniência pessoal. Incluir tais hipóteses no rol de renúncias maculadas por vício de consentimento e intuir que um executivo não sabia dos seus direitos, no mínimo, no dizer “silveriano”¹⁰⁰, fere o princípio da razoabilidade.

Cabe analisar que nem sempre o prejuízo imediato ao trabalhador pode ser o fiel da balança quando se vislumbra a validade de sua manifestação de vontade. Pode ocorrer, e sabemos que ocorre, que um trabalhador recém dispensado de suas funções em determinada empresa, vir a se candidatar espontaneamente, para função de menor qualificação e remuneração, em empresa do mesmo grupo econômico em cidade vizinha. Deverá ele ser discriminado e perder a oportunidade de recolocação profissional, só porque já foi empregado do grupo econômico?

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho oscila, vezes autorizando a renúncia ora negando. Se não vejamos:

Orientação Jurisprudencial do TST-SDC n.30 – Estabilidade da gestante. Renúncia de direitos constitucionais. Impossibilidade (Inserida em 19.8.1988).

Nos termos do Art. 10, II, “a”, do ADCT, a proteção à maternidade foi erigida à hierarquia Constitucional, pois retirou do âmbito do direito potestativo do empregador a possibilidade de despedir arbitrariamente a empregada em estado gravídico. Portanto, a teor do art. 9º da CLT, torna-se nula de pleno direito a cláusula que estabelece a possibilidade de renúncia ou transação, pela gestante, das garantias referentes à manutenção do emprego e salário.

Súmula n. 51. norma regulamentar. Vantagens e opção pelo novo regulamento. Art. 468 da CLT (Res. N. 129/2005 – DJ 20.4.2005)

I – As cláusulas regulamentares que revoguem ou alterem vantagens definidas anteriormente, só atingiram os trabalhadores admitidos após a revogação ou alteração do regulamento (ex-Súmula n. 51-RA 41/73, DJ 14.6.1973)

II – Havendo a coexistência de dois regulamentos da empresa, a opção do empregado por um deles tem efeito jurídico de renúncia às regras do sistema do outro (ex-OJ n.163 – inserida em 26.3.1999)

Súmula n. 243. opção pelo regime trabalhista. Supressão das vantagens estatutárias (Res. N. 15/1985, DJ 9.12.1985).

Exceto nas hipóteses de previsão contratual ou legal expressa, a opção do funcionário público pelo regime trabalhista implica a renúncia dos direitos inerentes ao regime estatutário.

Súmula n. 276. aviso prévio. Renúncia pelo empregado.

O direito ao aviso prévio é irrenunciável pelo empregado. O pedido de dispensa de cumprimento pelo empregado, não exime o empregador de pagar o respectivo valor, salvo comprovação de haver o prestador de serviços obtido novo emprego. (Res. N. 9/1988, DJ 1º .3.1988)

¹⁰⁰ Professor Silvério dos Santos Oliveira, professor e coordenador do Curso de Direito da UNIR-Cacoal.

Analisando as doutrinas verifica-se que as mesmas tem usado a súmula 276 do Tribunal Superior do Trabalho para exemplificar a vedação da renúncia, o que parece parcialmente equivocado, pois contém o dispositivo citado autorização para renúncia ao aviso prévio desde que o empregado tenha obtido novo emprego, motivação fáticas suficiente, aos olhos do julgador, para evidenciar a manifestação da vontade isenta da coação econômica patronal. Ou seja, o aviso prévio pode ser renunciado desde que livre de vício de consentimento demonstrado pela nova contratação do obreiro.

“Quando a renúncia é feita perante juiz do trabalho não há dissenso quanto a inexistência de vício de consentimento, por não subsistir o elemento coação.”¹⁰¹

Ademais, deve-se observar também que a autonomia da vontade individual nunca foi totalmente suprimida do direito do trabalho pois pode o empregado, livremente, renunciar ao seu contrato pedindo demissão, o que consubstancia a consumação do seu poder volitivo na sua amplitude máxima. O pedido de demissão implica renúncia de alguns direitos trabalhistas, como por exemplo, a multa do FGTS e a estabilidade da gestante. Também, no que diz respeito a estabilidade decenal prevista no artigo 492 da consolidação das leis do trabalho exige-se assistência do sindicato profissional no ato da demissão.

Nesse sentido Marcio Yoshida nos diz:

A questão da renúncia de direitos com assistência do sindicato dos trabalhadores, que pode inclusive ser formalizada por acordo ou convenção coletiva do trabalho, merece melhor reflexão, pois teria ela, em princípio, o condão de eliminar eventual vício de manifestação da vontade do hipossuficiente decorrente de coação.¹⁰²

A Constituição Federal de 1988 inseriu no seu artigo 7º, incisos VI, a possibilidade de reduzir salários mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho, sinalizando um novo norte para a questão da e irrenunciabilidade de direitos. Dá-se ênfase ao tema tratado nesse preceito constitucional porque nada é mais relevante, numa relação contratual trabalhista, do que a contra prestação pecuniária devida pelo empregador que, para o trabalhador, consubstancia direito de natureza alimentar.

Octávio Bueno Magano assinala que

¹⁰¹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 18ªed., São Paulo: Saraiva, 2003, p.472.

¹⁰² Id Ibid, p. 88

Com o advento da constituição de 5 de outubro de 1988, parece-me que já não se pode mais falar de irrenunciabilidade, como regra geral. O entendimento mais plausível é o de que a nova carta magna consagrou a renúncia é a transação como procedimentos comuns e não excepcionais, desde que veiculado através de convenção ou acordo coletivo.¹⁰³

Também Marcio Yoshida cita Américo Pla Rodrigues dizendo que sustenta que sob o ponto de vista dos pressupostos vícios de consentimento à atuação do sindicato faz desaparecer a presunção da falta de liberdade e enseja a possibilidade de uma renúncia juridicamente válida. Todavia entende-se que as “normas irrenunciáveis continuam sendo irrenunciáveis, seja o renunciante sujeito individual ou coletivo”.¹⁰⁴

5.2.3 Quanto a violação dos incisos XXXV e XXXVII do artigo 5º da constituição federal.

Este já é um ponto pacífico na doutrina, tendo chegado ao supremo tribunal federal, no Agravo Regimental em sentença estrangeira número 5.206-7, com a arguição da inconstitucionalidade dos artigos 6º e 7º da lei nº 9307/96, do seguinte teor:

O art. 6º Não havendo acordo prévio sobre a forma de instituir a arbitragem, a parte interessada manifestara a outra parte sua intenção de dar início a arbitragem, por via postal ou por outro meio qualquer comunicação, mediante comprovação do recebimento, convocando-a para, em dia e hora e local certos, firmaram compromisso arbitral.

Parágrafo único. Não comparecendo a parte convocada ou, comparecendo, recusar-se a firmar o compromisso arbitral, poderá outra parte propor a demanda de que trata o artigo 7º desta lei, perante o órgão do poder judiciário a que, originariamente, trocaria o julgamento da causa.

Artigo 7º Existindo cláusula compromissória e havendo resistência quanto a instituição da arbitragem, poderá parte interessada requerer a citação da outra parte para comparecer em juízo a fim de lavrar-se o compromisso, designando o juiz audiência especial para tal fim.

§ 1º O autor indicará, com precisão, o objeto da arbitragem, instruindo o pedido com o documento que contiver a cláusula compromissória.

Mesmo tendo o ministro relator Sepúlveda Pertence e os ministros Néri da Silveira, Sydney Sanches e Moreira Alves, votado contra, ou seja, pela inconstitucionalidade dos referidos dispositivos legais, sete ministros votaram em sentido contrário: Ilmar Nascimento Galvão, Maurício José Corrêa, José Celso de Mello filho, Ellen Gracie Northfleet, Nelson Jobim, Marco Aurélio Mendes de Faria Mello e Carlos Velloso. Sendo assim, com os votos dos onze ministros definidos, restou confirmada a constitucionalidade da lei da arbitragem.

¹⁰³ MAGANO, Octávio Bueno. **Política do trabalho**. São Paulo: LTr, 1992, p. 331

¹⁰⁴ Yoshida, Marcio. Op cit. P.89

5.2.4 Quanto à omissão do artigo 114 da Constituição Federal

A possibilidade de arbitrar conflitos individuais de trabalho não foi mencionado no artigo 114 e seus dois parágrafos, que só cortejam a solução arbitral de conflitos coletivos de trabalho de natureza econômica.

Parte da doutrina da jurisprudência sustenta que, a omissão fundou-se na vontade do legislador de não contemplar e nem permitir o uso da arbitragem na seara do direito individual do trabalho. Porém, nesse sentido, Marcio Yoshida leciona:

A assertiva é equivocada por quanto o preceito constitucional, embora não faça qualquer referencia a arbitragem de conflitos individuais, até porque os parágrafos 1º e 2º tratam, especificamente, das condições para o ajustamento dos dissídios coletivos de natureza econômica, tampouco proíbe.

Preocupou-se o legislador constituinte, nos referidos dispositivos, em regradar o esgotamento das preliminares negociações coletivas e tentativa de arbitragem, exigência indispensável para a admissibilidade do dissídio coletivo de interesses. Essa peculiaridade escrita nos mencionados parágrafos, visou a incentivar ao máximo a previa negociação e os meios alternativos de solução do impasse antes que chegue à justiça.

Não pretendeu o legislador constituinte, nos referidos preceitos, definir os destinos da arbitragem nos conflitos individuais de trabalho e nem tão pouco fechar questão quanto aos conflitos coletivos.

Não há qualquer proibição, além da obvia limitação imposta pelo artigo 1º da lei da arbitragem, quanto à utilização da arbitragem como substitutivo dos dissídios coletivos de natureza jurídica. Nem tampouco se proíbe a via arbitral para solucionar conflitos individuais de trabalho.¹⁰⁵

Concluí-se, assim, que a simples omissão da constituição federal, não corresponde à proibição da arbitragem nos conflitos individuais de trabalho indicada por parte da doutrina e da jurisprudência.

5.2.5 Quanto ao desequilíbrio de forças na celebração da convenção arbitral

Como já ressaltado anteriormente, três questões se apresentam quando nos deparamos com a diferença de forças que pode viciar a celebração de convenção arbitral entre trabalhadores e empregadores: primeiro, o momento de sua celebração; segundo, as condições pessoais e profissionais do trabalhador; e, terceiro, a interveniência do sindicato dos trabalhadores.

¹⁰⁵ Id Ibid. p. 114

5.2.5.1 O momento da celebração da convenção de arbitragem

Essa primeira questão leva-se a pensar sobre o grau de sobreposição da liberdade do trabalhador pela vontade unilateral do empregador nos vários momentos da celebração da convenção de arbitragem: no ato da assinatura do contrato de trabalho, no curso deste ou após o seu final.

É crucial entender que a cláusula de arbitragem, reveste-se de natureza impositiva quando sugerida pelo empregador, o que nos faz equiparar ao aos contratos de adesão, quando firmados no ato da contratação do trabalhador ou mesmo no curso do contrato de trabalho. Neste caso, a validade do ato deve estar condicionada ao disposto no §2º Do artigo 4º da lei de arbitragem, com o seguinte teor:

§ 2º Nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente tomar a iniciativa de instituir a arbitragem ou concordar, expressamente, com a sua instituição, desde que por escrito em documento anexo ou em negrito, com assinatura ou vista especialmente para essa cláusula.

Jorge Luiz Souto Maior entende serem nulos de pleno direito as cláusulas compromissórias constantes de contratos de trabalho ou mesmo quando pactuado logo após a cessação e antes do efetivo pagamento das verbas rescisórias “ pois a sua formação dependia essencialmente da liberdade e o trabalhador, seja no momento da contratação, seja no começo da dispensa, quando ainda não recebeu

as verbas rescisórias, não está plenamente isento de pressões de natureza econômica para a manifestação da vontade sem qualquer vício presumido de vontade”.¹⁰⁶

Américo Plá Rodrigues também questiona: “Inclusive no caso que se baseia na presunção de vícios do consentimento, cabe a dúvida sobre se não se deveria estender essa presunção além da duração do contrato, dado que a diminuição da liberdade prossegue, como consequência das dificuldades econômicas”.¹⁰⁷

Dessarte, parece que até mesmo à homologação de acordo judicial, nas requeridas condições, *mutatis mutandis*, também poderia ser considerada nula de pleno direito. Não é, todavia, esse o tratamento dado à questão quer pela doutrina quer pelo judiciário trabalhista.

5.2.5.2 A condição pessoal e profissional do trabalhador

¹⁰⁶ MAIOR, Jorge Luiz Souto. “A arbitragem em conflitos individuais do trabalho: a experiência mundial”. Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília: Síntese, vol. 68, n.1, jan./mar.2002,p.186.

¹⁰⁷ RODRIGUES, Américo de Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3ª ed., São Paulo: LTr, 2002, p. 183.

A segunda questão que se coloca para reflexão é a condição pessoal e profissional do trabalhador que se submete a convenção de arbitragem.

Dependendo do nível de discernimento, do grau de escolaridade do cargo ocupado na empresa, deve-se debitar maior ou menor credibilidade à livre e desobstruída manifestação da vontade do trabalhador na escolha da via arbitral para resolução de seus conflitos com o empregador.

Marcio Yoshida relata:

Na minha experiência profissional tive a oportunidade de arbitrar um litígio envolvendo um alto executivo de uma instituição financeira, assistido por seu filho, advogado de um dos maiores escritórios de advocacia deste país, no qual se discutia o pagamento de bônus é reflexos de benefícios de natureza supostamente salarial.

O valor elevado dos pleitos e a condição diferenciada do trabalhador em nenhum momento autorizaria supor estar ele sendo induzido ao erro ou coagido a transacionar seus direitos pela sua ex-empregadora.

O acordo a que chegaram as partes não me pareceu, em momento algum, nulo por qualquer vício de manifestação de vontade do trabalhador, até porque o vultoso valor acordado atingiu o patamar condizente com as suas reivindicações.¹⁰⁸

No caso da citado, pode-se verificar a validade da conciliação ocorrida no âmbito da arbitragem pois a adesão do trabalhador ao procedimento esteve isenta de constrangimento e nada indica que o trabalhador não possuísse liberdade e discernimento para dar um consentimento válido.

A esse respeito, Amauri Mascaro Nascimento bem observa que:

O vício de consentimento deve ser sopesado levando-se em consideração a condição pessoal do empregado, se de alta e média ou baixa qualificação, hierárquica, bem como a forma, se a escrita ou verbal, como ainda da fonte do direito que está sendo renunciado, ser legal, convencional ou judicial”.¹⁰⁹

“ Não pode ser uma regra absoluta, porque se deve considerar o seguinte: primeiro, a hipossuficiência ou não do empregado. Um alto diretor, ou um estatutário, que se diz subordinado, com um vínculo de emprego declarado, e diz que não sabia o que estava fazendo, não é a mesma coisa que um operário de ‘pé no chão’. São situações desiguais, de modo que quanto ao operário, eu consideraria a renúncia de um modo e quanto ao ‘colarinho branco’, de outro modo diferente.¹¹⁰

5.2.5.3 A interveniência do sindicato

¹⁰⁸ Id Ibid. p. 117

¹⁰⁹ NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 18ªed., São Paulo: Saraiva, 2003, p.471

¹¹⁰ Id. **Estudo sobre a renúncia e transação**. São Paulo: LTr, p. 231

Vê-se que a desvantagem do trabalhador em relação ao empregador no procedimento arbitral pode ser compensada pela interveniência do sindicato operário.

Mesmo não havendo previsão da lei nº 9.307/1.996, percebemos que, a atuação do sindicato é conveniente para que se elimine a presunção de falta de liberdade e da coação perpetrada pelo maior poder econômico do empregador em face do trabalhador hipossuficiente.

Marcio Yoshida declara:

A participação do sindicato dos trabalhadores na solução dos conflitos individuais de trabalho sempre pareceu positiva, ...¹¹¹

Parece-me que o envolvimento dos sindicatos profissionais também será fator indispensável para o sucesso do instituto no nosso país: interessante para os patrões porque viabiliza um instrumento de paz industrial, para os empregados, pois agiliza a solução dos conflitos de trabalho e para os sindicatos cria-se uma abertura para incremento da negociação coletiva.¹¹²

Apesar das críticas referentes à falta de capacitação dos sindicatos para assumir tal responsabilidade, nos é forçoso reconhecer que o legislador constituinte, no inciso III do artigo 8º da carta magna, atribui aos sindicatos “A defesa dos direitos e interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais”.

Também demonstrando o firme propósito de privilegiar a atuação dos sindicatos a Constituição Federal considerou a participação obrigatória dos sindicatos nas negociações coletivas (o artigo 8º, inciso VI) e o reconhecimento das convenções e acordos (artigo 7º, XXVI).

Não se pode também deixar de observar que aos sindicatos foi dado a extraordinária prerrogativa constitucional de negociar a redução dos salários, a redução da jornada de trabalho e até questão dos turnos e ininterruptos de revezamento (o que o artigo 7º, inciso VI, XIII e XIV).

Com o amplo leque de poder atribuído ao sindicato, por força de preceito constitucional, não se pode inferir a impossibilidade de se legitimar uma ponderação de arbitragem para a solução de conflitos decorrentes da aplicação de um acordo ou convenção coletiva de trabalho que nesses instrumentos fosse inserida.

¹¹¹ Id Ibid. p. 118

¹¹² Id. **A arbitragem no âmbito do direito do trabalho**. Rio de Janeiro:Editora Forense, 1997, p. 89.

Os caminhos trilhados pela Constituição Federal de 1988 indicam forte inclinação para enquadramento da autonomia coletiva privada, estimulando os sindicatos assumir e exercer os poderes que lhes foram delegados para defender os interesses da categoria e proporcionar a célere a solução dos conflitos, individuais e coletivos, através da negociação coletiva dos meios alternativos, entre os quais se inserem a arbitragem.

Conclui-se, pois, que é plenamente possível em nosso ordenamento o uso deste instituto, porém, se torna indispensável a presença dos sindicatos dos trabalhadores na arbitragem de conflitos individuais do trabalho tendo em vista a consciência da fragilidade do trabalhador em face de seu empregador e a conseqüente obstrução da via jurisdicional, que a escolha da arbitragem representa.

CONCLUSÃO

O presente trabalho teve por objetivo a análise da arbitragem, tendo como ênfase maior a aplicação da arbitragem no âmbito das relações individuais laborais, traçando uma visão focada nos princípios constitucionais e trabalhista.

Apresenta-se a viabilidade jurídica da arbitragem individual trabalhista, analisando a disponibilidade dos direitos individuais em face do direito positivo trabalhistas, da doutrina e da jurisprudência dos Tribunais do Trabalho.

Vê-se que a vertente jurisprudencial que ratifica a legalidade da arbitragem na seara dos conflitos individuais do trabalho é minoritária, porém, com arrimo suficiente para que, como era a pretensão inicial, demonstrar a viabilidade da aplicação da lei em comento nos conflitos individuais trabalhistas.

Porem, como pode-se observar, a história nos mostra que esta é uma questão de cultura. Nós, como brasileiros, acostumamos a privilegiar a Justiça Estatal como foro para resolver nossos litígios, mas, a medida que essa cultura de resolução de conflitos pela via privada for tomando forma, se encorpando, certamente haverá uma migração em massa para as vias alternativas de solução. Nesse momento, a arbitragem se mostrará como uma das melhores alternativas.

Vê-se que o processo é lento. Aguardou-se quase todo o século XX para que fosse modernizada a nossa Lei de Arbitragem.

Agora porém, vê-se que o universo de processos judiciais movidos por trabalhadores descontentes com o resultado da arbitragem é muito pequeno, o que indica a satisfação com os resultados no âmbito coletivo.

Dessarte, não será diferente quando a justiça Brasileira convalidar o valor da sentença arbitral proferida na arbitragem individual trabalhista, fazendo-a gerar os mesmos efeitos de uma sentença judicial só podendo ser desconstituídas nos mesmos termos do art. 32 da Lei em comento.

Em conclusão, observa-se que, para a sedimentação da arbitragem como forma alternativa de solução de conflitos na seara laboral, é indispensável a coragem dos legisladores brasileiros para que amadurecidamente, possa disponibilizar essa forma de descentralização judicial, dispondo-se a acolher a decisão proferida pelo árbitro.

REFERÊNCIAS

ALVIM, José Carreira. **Tratado geral da arbitragem interna**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2000.

AZEVEDO, Álvaro Villaça. **Arbitragem**. Revista dos Tribunais, n. 753, jul. 1998.

BARBI FILHO, Celso. **Cumprimento judicial de cláusula compromissória na Lei 9.307/96 e outras intervenções do judiciário na arbitragem privada**. Revista dos Tribunais, São Paulo, v. 87, n. 749, mar. 1998.

_____. **Execução específica de cláusula arbitral**. Revista de Direito Mercantil, n. 97, janeiro-março 95.

BATISTA, Luiz Olavo. **Cláusula compromissória e compromisso**. Revista de Direito Público. V. 70, 1984.

Bíblia de Estudo Almeida. Barueri-SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1999.

BITTAR FILHO, Carlos Alberto. **Direitos do Consumidor**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1997.

_____. **Evolução histórica do direito internacional**. Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 29, nº 115, juho/setembro, 1992.

CARMONA, Carlos Alberto. **A arbitragem no processo civil brasileiro**. São Paulo: Malheiros, 1993.

_____. **Arbitragem e Processo: um comentário à Lei 9.307/96**. São Paulo: Malheiros, 1998.

CRETELLA JÚNIOR, José. **Curso de direito romano**. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1991.

_____. **Da arbitragem e seu conceito categorial.** Revista de Informação Legislativa, Brasília, ano 25, n. 98, abril/junho, 1988.

DELGADO, José Augusto. **Arbitragem: a justiça do futuro.** Consulex, Brasília, ano III, n. 33, set. 1999.

Dicionário didático da língua portuguesa. São Paulo: Editora didática paulista.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil Brasileiro.** 3 v. São Paulo: Saraiva, 1989.

FIGUEIRA JÚNIOR, Joel Dias. **Manual da Arbitragem.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.

FIUZA, César. **Teoria geral da arbitragem.** Belo Horizonte: Del Rey, 1995.

FRANCO FILHO, Georgenor de Sousa. A nova lei de arbitragem e as relações de trabalho. São Paulo: LTR, 1997.

FURTADO, Paulo. **Arbitragem: aspectos jurídicos e econômicos.** Consulex, Brasília. Ano I – n. 4, abril. 1997.

GORCZEWSKI, Clovis. **Formas alternativas para resolução de conflitos,** Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

GUILHERME, Luiz Fernando do Vale de Almeida. **Distinção ente cláusula compromissória e compromisso arbitral.** Jus Navegandi. Teresina, ano 6, n. 58, agos. 2002. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=3090>. Acesso em: 08 jan. 2007.

JUNKES, Maria Bernadete; SANTOS, Maria Lindomar dos. **Trabalhos Acadêmicos: A facilidade de desenvolve-los.** Rolim de Moura/RO: D'press Editora & Gráfica-ME, 2007.

LENZA, Vítor Barboza. **Cortes arbitrais (CA).** Goiânia: AB, 1997.

LIMA, Alcides de Mendonça. **Dicionário do código de processo civil brasileiro.** São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1986.

MAGALHÃES, Rodrigo Almeida. **Arbitragem e convenção arbitral.** Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

MAGANO, Octávio Bueno. **Política do trabalho.** São Paulo: LTr, 1992

_____. **Solução extrajudicial dos conflitos trabalhistas.**In ZAINAGHI, Domingos Sávio; FREDIANI, Yone. Novos rumos do Direito do Trabalho na América Latina. São Paulo: LTr. 2003

MAIOR, Jorge Luiz Souto. “**A arbitragem em conflitos individuais do trabalho: a experiência mundial**”: Revista do Tribunal Superior do Trabalho. Brasília: Síntese, vol. 68, n.1, jan./mar.2002

MONTEIRO, Washigton de Barros. **Curso de direito civil.** São Paulo: Saraiva, 1999.

MUJALLI, Walter Brasil. **Juízo arbitral: a nova lei de arbitragem.** São Paulo: LED Editora de Direito, 1997.

MUNIZ, Tânia Lobo. **Arbitragem no Brasil e a Lei 9.307/96**. Curitiba: Juruá, 1999.

NASCIMENTO, Amauri Mascaro. **Curso de direito do trabalho**. 18ªed., São Paulo: Saraiva, 2003.

_____. **Estudo sobre a renúncia e transação**. São Paulo: LTr 2006.

_____. **Curso de direito processual do trabalho**. 19ªed., São Paulo: Saraiva, 1999

NEVES, Iêdo Batista. **Vocabulário prático de tecnologia jurídica e de brocardos latinos**. Ed. APM. Rio de Janeiro, 1987.

ORBETO ROSAS. **Juízo Arbitral**. Artigo na RT 568/11, São Paulo: Revista dos Tribunais.

PUCCI, Adriana Noemi. **Arbitragem Comercial nos Países do Mercosul**. São Paulo: LTr, 1997.

PACHECO, Iara Alves Cordeiro. **Os direitos trabalhistas e a arbitragem**. São Paulo: LTr, 2003.

RECHESTEINER, Beat Walter. **Arbitragem privada internacional no Brasil, depois da nova lei 9.307, de 23.09.1996: teoria e prática**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1997.

ROCHA, José de Albuquerque. **A lei de arbitragem (Lei n. 9.307, de 23.9.1996: uma avaliação crítica)**. São Paulo: Malheiros, 1998.

RODRIGUES, Américo de Plá. **Princípios de Direito do Trabalho**. 3ª ed., São Paulo: LTr, 2002

ROLIM, Luiz Antonio. **Instituições de direito romano**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

SANTOS, Ricardo Soares Stersi dos. **Mercosul e Arbitragem Internacional Comercial: Aspectos gerais e algumas possibilidades**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998.

STRENGER, Irineu. **Comentários à lei brasileira de arbitragem**. São Paulo: LTr, 1998.

_____. **Contratos internacionais do comércio**. 2ª ed. São Paulo: Revista dos tribunais, 1992.

SZKLAROWSKY, Leon Frejda. **Uma nova visão da arbitragem**. Jus Navegandi, Teresina, ano 8, n. 387.

TEIXEIRA, Sálvio de Figueiredo. **Arbitragem no sistema jurídico brasileiro**. Consulex, Brasília, ano I, n. 1, jan. 1997.

YOSHIDA, Marcio. **Arbitragem Trabalhista**. São Paulo: LTr. 2006.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.